

**Avaliação do Projeto de Manejo Socioambiental da Terra Indígena Xikrin do Rio Cateté (Parauapebas/PA): uma perspectiva antropológica.**

Relatório preliminar \*  
Março 2004  
Iara Ferraz

---

\* Este Relatório corresponde à realização da primeira e segunda etapas das atividades previstas no Contrato de Prestação de Serviços GTZ 010MI/04.

## SUMÁRIO

Apresentação	3
1. Escopo da avaliação (mandato), metodologia e limitações	4
2. Antecedentes do projeto	8
3. Ação judicial e dividendos simbólicos	12
4. “Novo projeto”: informações técnicas e conhecimentos dos Xikrin	14
5. Preparativos: instrumentos legais, recursos financeiros e gestão do projeto	16
6. Contramarchas	18
7. A extração de 2000 e a certificação florestal	20
8. Balanço de 2001	24
9. A crise de 2002	25
10. O impasse da situação atual e os outros atores	29
11. Questões identificadas	33
11.1 – Gestão externa: relações com CVRD	33
11.2 – Gestão interna: projeto Xikrin e ISA	35
11.3 – Relações Xikrin, ISA e FUNAI	38
11.4 – Relações com IBAMA e ProManejo	43
Referências bibliográficas	
Anexo 1 – Documentos consultados	
Anexo 2 – Instituições /empresas envolvidas no projeto (parcerias, fontes de financiamento, prestadoras de serviços)	

## Apresentação

Esta avaliação tem por objetivo aferir, do ponto de vista dos principais atores, os processos sócio-culturais envolvidos ao longo da implantação do projeto de Manejo Socioambiental da Terra Indígena Xikrin do Rio Cateté (município de Parauapebas/PA), coordenado pelo Instituto Socioambiental (ISA) e realizado em conjunto com a Associação Bep-Noi de Defesa do Povo Xikrin do Cateté (ABN), com apoios institucionais distintos, voltado sobretudo para *coibir a exploração ilegal de madeiras em terras indígenas*, intensificada a partir de meados da década de 80 na Amazônia oriental.

Concebido como piloto e de caráter experimental, a origem deste projeto remonta aos estudos realizados com os Xikrin desde 1991, através das antropólogas Lux Vidal (desde 1974) e Isabelle Giannini, com apoio do Centro Ecumênico de Documentação e Informação (CEDI) e do Núcleo de Direitos Indígenas (NDI), organizações que, em 1994, formaram o Instituto Socioambiental (ISA), com sede em São Paulo/SP.

Devido à contigüidade territorial da TI Xikrin com o complexo mineral de Carajás (a leste), explorado pela Cia. Vale do Rio Doce (desde 1989), a empresa mantém com a FUNAI um Convênio específico <sup>(453/89) Cia Comunitária</sup> para assistência aos Xikrin, e, em momentos distintos, o Projeto de Manejo contou com outros recursos da empresa (doações e empréstimos) ou através dela (Banco Mundial). <sup>453/89 (com assistência da FUNAI)</sup>

Entre maio de 2000 e maio de 2003, através do Programa Piloto para Proteção das Florestas Tropicais do Brasil / Subprograma Unidade de Conservação e Manejo de Recursos Naturais Renováveis ProManejo - Iniciativas Promissoras, o apoio consistiu em um conjunto de iniciativas em torno da implantação do Manejo Socioambiental, tendo em vista a exploração e a comercialização de recursos madeireiros e não-madeireiros de forma sustentável na TI Xikrin do rio Cateté. Pressupunha um complexo processo de articulações interinstitucionais, especialmente com órgãos oficiais (IBAMA, EMBRAPA, FUNAI), com base na interlocução permanente, por parte da equipe do ISA (responsável pelo projeto) com a comunidade Xikrin e sua Associação (gerenciadores e beneficiários), então recém-fundada. O projeto tinha como prioridade a consolidação e gerenciamento do plano de manejo florestal, a gestão territorial integrada, a geração de renda com a comercialização de madeira e de castanha-do-pará, a capacitação administrativa dos quadros da associação indígena e a gestão participativa, pela Associação, dos recursos financeiros gerados por estas atividades. No entanto, o Projeto foi interrompido em novembro de 2002 (tendo sido encerrado formalmente em maio de 2003).<sup>1</sup>

### 1. Escopo da avaliação (mandato), metodologia e limitações

Esta avaliação está voltada para as implicações do projeto "Apoio à Implantação do Manejo Socioambiental da Terra Indígena Xikrin do Rio Cateté" em relação à dinâmica social Xikrin. Utilizando-se de uma metodologia participativa, em que os distintos atores

<sup>1</sup> Através da GTZ, em setembro de 2003 foi concluído um Estudo-Diagnóstico / Auditoria (engenharia florestal) do projeto.

são sujeitos do processo avaliativo, busca apontar indicadores – através de um balanço entre aspectos favoráveis e desfavoráveis - do desempenho das atividades relacionadas direta ou indiretamente ao projeto, com o objetivo de equacionar problemas havidos e possíveis soluções que venham a contribuir para o desenho de uma eventual nova etapa do projeto, se os Xikrin assim o desejarem.

Num primeiro momento, através da análise de depoimentos de parceiros institucionais do projeto – notadamente ISA, ABN, FUNAI e CVRD – e de documentos relativos a um período abrangente (que precede à implantação do projeto), disponibilizados através do ISA, da Coordenação Geral do Patrimônio Indígena e Meio Ambiente/FUNAI (Brasília) e do ProManejo foi possível reconstituir a sua trajetória mais ampla assim como suas interfaces (devido à atuação de diferentes instituições junto aos Xikrin), elucidativas para uma compreensão do estado atual do projeto, marcado por uma relativa ambigüidade de posições, não apenas da comunidade Xikrin da TI Cateté. Todas as informações obtidas nas entrevistas com os antropólogos Isabelle Giannini (que acompanhou efetivamente os Xikrin até 1999) e Cesar Gordon (que, através do ISA, assessorou o projeto entre 2000 e 2002), foram muito esclarecedoras quanto aos aspectos que aqui pretendemos enfatizar, relacionados às implicações destes processos com a dinâmica social Xikrin.

De parte do ProManejo, os documentos disponibilizados consistiram do projeto originalmente apresentado pelo ISA em 1998 e de formulários de acompanhamento semestral do projeto (2000 a 2003), que informam das duas visitas a campo realizadas, além da participação de representantes Xikrin em eventos de intercâmbio de experiências de projetos de “manejo comunitário” (a nosso ver, o projeto Xikrin talvez não se classifique totalmente nesta categoria, podendo-se antecipar que se trata de um “híbrido” entre ‘empresarial’ e ‘comunitário’).

Nesta etapa inicial da avaliação, uma única entrevista foi realizada com o titular da Diretoria de Florestas do IBAMA (Brasília) e, na Cia. Vale do Rio Doce, com o diretor do Departamento de Gestão Ambiental e Territorial acompanhado de uma assessora, na sede da empresa, na cidade do Rio de Janeiro. Apesar de solicitado, não nos foi disponibilizado pela empresa qualquer documento relativo ao apoio a este projeto; fomos remetidos a consultá-los no ISA.

Foram entrevistadas também as representantes do Ministério Público Federal em Brasília e Marabá (PA), que acompanham a trajetória do projeto Xikrin (e as relações da Cia. Vale do Rio Doce com os povos indígenas afetados pelo complexo de exploração mineral de Carajás), com o intuito de aprofundar uma discussão sócio-jurídica voltada para a regulamentação da exploração de recursos naturais renováveis em terras indígenas (e no seu entorno por terceiros).

Ultimamente, muitos profissionais estiveram entre os Xikrin para realizar pesquisas acadêmicas, estudos diagnósticos e avaliação técnica do projeto de manejo. Era de se esperar que uma posição ‘reativa’ a esta situação ocorresse de parte de algumas lideranças Xikrin, sobretudo diante da paralisação da atividades do projeto e de *um dos seus principais interesses atuais: comercializar, tão logo possível, as toras que ainda se encontram no pátio da serraria em Água Azul, desde a colheita de 2002, antes que se deteriore.*

Para completar estas primeiras etapas da avaliação deveríamos realizar uma viagem às aldeias Xikrin, programada para fevereiro último. Nos primeiros contatos pessoais na ABN, em Marabá, com representantes das *duas associações indígenas* – em agosto de 2003 foi fundada a **Associação Indígena Kàkàrekre de Defesa do Povo Xikrin de Djudjekô**, presidida por Karangre - foi apontado por eles ser “desnecessária” a nossa ‘visita’ às aldeias (reforçando assim o seu papel de ‘representantes’ dos Xikrin, podendo decidir por eles). De antemão, tínhamos ciência de que, na estação chuvosa, os grupos familiares (e políticos) encontram-se dispersos, acampados nos castanhais, para a coleta anual. Os ‘acampamentos’ estão distantes da aldeia, numa época em que os deslocamentos são feitos em tempo mais longo, em barco a motor; assim, teria sido necessária uma programação específica com os Xikrin para esta visita - além das condições objetivas para os deslocamentos (combustível, etc.), a concordância e disponibilidade de nos receberem nas aldeias.<sup>2</sup>

Os representantes das associações pareciam não estar suficientemente informados acerca desta avaliação, o que foi determinante para que não tivéssemos oportunidade de entrevistar outros segmentos da população Xikrin (como jovens e mulheres, por exemplo). Chegamos a nos deslocar até um dos acampamentos - localidade chamada “Caldeirão”, à margem direita do rio Itacaiúnas, em território da CVRD, onde os Xikrin mantêm acampamentos para a coleta da castanha - além da ‘chácara’ (como é chamado o ponto de apoio utilizado para doentes em trânsito), situada na área da mina, a 12 km do núcleo urbano de Carajás. Apesar de acertado com Bepkaroti (chefe na aldeia do Cateté e presidente da ABN) na véspera, ele não havia nos aguardado no local combinado (“Caldeirão”), onde as condições objetivas de permanência não passaram de algumas horas, até o anoitecer (no acampamento, uma área semi-alagada, havia cerca de 200 pessoas em meio a muitos detritos). Chegamos a falar com algumas pessoas sobre a possibilidade de ainda visitarmos as aldeias, na próxima estação seca.<sup>3</sup>

Neste contexto, prevaleceram as prerrogativas de representação e poder dos líderes Xikrin, que empregaram mecanismos de ‘consulta’ rápida à população: através do sistema de fonia, operante nos vários ‘acampamentos’ em que os grupos se encontravam, as lideranças das facções consultaram suas bases, tendo decidido pela realização de uma reunião em Marabá, para onde se deslocariam na data marcada.

Assim, no encontro havido na sede da ABN (26.02.04), com a presença do gerente do Convênio com a CVRD, representantes das duas associações reafirmaram a sua disposição em agendar (“em março”, ou seja, o mais breve possível) uma reunião de caráter deliberativo (e não mais consultivo, como era a nossa visita) com os “chefes”, se possível, em Brasília. Na ocasião, apontaram claramente a importância de terem uma posição definitiva por parte dos representantes das principais instituições envolvidas - FUNAI,

<sup>2</sup> Por ocasião de nossa viagem, a região de Marabá encontrava-se em estado de pré-calamidade pública, devido às enchentes dos rios Tocantins e Itacaiúnas, com cerca de 10.000 desabrigados.

<sup>3</sup> É provável que esta viagem não chegue a se realizar no âmbito da avaliação, uma vez que a estação seca naquela região se inicia apenas em fins de maio. A análise desta etapa do trabalho (resultados da viagem à Marabá, Parauapebas e “Caldeirão”) será detalhada no relatório final.

IBAMA/ProManejo e CVRD - em vista de uma eventual retomada do “projeto de manejo”, desta vez em conjunto com as duas associações, ABN e Kàkàrekre.

Foi ainda explicitada nesta reunião com os Xikrin a *ambigüidade atualmente vigente em relação ao projeto*: “metade” do grupo (leia-se ‘parte’ representada por *Bepkaroti*, atualmente presidente da Associação Bep-Nói) parece estar disposta a retomar as atividades do “projeto de manejo”, redimensionadas e reelaboradas, enquanto a outra “metade”, representada pelo grupo de *Karangre*, atualmente presidente da Associação Kàkàrekre, afirma ter “receio”. Segundo este grupo (pelo qual falou Karangre), um dos principais “nós” do projeto estaria ligado ao fato de “não ter havido ‘transparência’ nas ‘contas’ sob o controle do ISA”, nem o ‘retorno’ esperado, em termos de ‘lucros’ – reproduzindo deste modo as mesmas críticas generalizadas, formuladas pelos funcionários da FUNAI, a nível local. Parecem querer com isto justificar o seu desejo antigo de virem a se dedicar a projetos visíveis e mais “rentáveis”, como a pecuária de corte, seguindo o modelo regional dominante.

É possível observar que recursos abundantes foram investidos nas diversas etapas desta iniciativa pioneira (ver Quadro 1, adiante), então considerada promissora, dado o seu caráter experimental, eventualmente demonstrativo para outras áreas indígenas na Amazônia. A ausência de um processo de avaliações intermediárias externas e de natureza participativa reflete-se, de certa forma, na presente situação. A crise deflagrada em 2002, que culminou com a saída do ISA em novembro daquele ano, paralisou o projeto; decorridos 14 meses, a realização de uma avaliação de cunho antropológico, enfatizando exatamente os processos em curso e suas implicações em termos da dinâmica social Xikrin, com o envolvimento de outras instituições, refletirá este intervalo relativamente longo havido enquanto um de seus “problemas”. A reconstituição da trajetória do projeto e dos seus momentos de crise podem apontar as falhas havidas, bem como recomendações para possíveis diretrizes em relação a um eventual futuro da atividade sócio-ambiental voltada para o “manejo” florestal não- madeireiro em terra indígena, recuperando talvez em uma escala reduzida o seu caráter mais *comunitário* do que empresarial.

## 2. Antecedentes do projeto

Desde o final da década de 70, o sul e sudeste do Pará assistiram a um intenso fluxo de mudanças econômico-sociais, com a abertura de estradas, criação de cidades, estabelecimento de “fazendas” em áreas de castanhais (provocando muitos conflitos fundiários), projetos de colonização, funcionamento de garimpos e grandes projetos econômicos. Nesta época, os Kaiapó de Gorotire e Kikretum (localizados em afluentes do médio rio Xingu) foram envolvidos, com estímulo da FUNAI, em empreendimentos econômicos de grande vulto, como garimpos de ouro e comercialização de madeira.

Este processo foi bem analisado por Inglez de Sousa (2002):

“Em pouco mais de cinco anos passaram a ter acesso aparentemente ilimitado a quaisquer mercadorias, incluindo itens como automóveis, lanchas, casas nas cidades e até aviões. Aos poucos, estimulados por empresários desejosos de ampliar seus negócios e movidos por interesses políticos, os Kayapo (do Xingu) passaram a visitar seus parentes em seus aviões, oferecendo muitos “presentes” e contando as “vantagens” dos negócios com os quais

havia se envolvido, procurando sempre reforçar o **poder** de obtenção de bens que agora tinham, diferenciando-se assim de seus “parentes”. O resultado dessas visitas foi que as outras comunidades passaram a demandar e se envolver diretamente com atividades de extração de ouro e madeira, similares ao Gorotire e outros. Os Xikrin estão envolvidos nesse processo” (p. 70).

Em 1986, com o final do primeiro convênio CVRD-FUNAI face à implantação do Projeto Ferro-Carajás,<sup>4</sup> enquanto se retomavam as negociações com a empresa tendo em vista a continuidade do apoio e das ações de assistência aos Xikrin, começavam a se intensificar as pressões de ‘madeireiros’ (aqui incluídas empresas pequenas, médias e grandes) sobre as terras indígenas localizadas no sul do Pará, então ricas em mogno, a espécie mais visada pela exploração ilegal, já que mais valorizada para comercialização.

No ano seguinte verificou-se forte entrada de ‘madeireiros’ na terra Xikrin, fazendo acordos verbais com algumas lideranças, que passaram então a se opor às ações da FUNAI, do IBAMA e da Polícia Federal, destinadas a coibir aquelas operações ilegais. A apreensão de madeiras resultava no pagamento de parcas indenizações aos Xikrin, cujos recursos depositados (caderneta de poupança) pelos agentes locais da FUNAI eram despendidos com a aquisição, em Marabá, de alimentos e vestimentas para os membros da comunidade (então cerca de 350 indivíduos).

Desejosas de obter recursos mais volumosos através da realização de acordos maiores com empresas madeireiras (Perachi e Osmar Ferreira) que já atuavam entre os Gorotire e Kikretum, algumas lideranças Xikrin cederam às pressões e, na estação seca de 1989, firmaram acordos com duas empresas, Bannach e a de Osmar Ferreira. As operações das madeireiras (através de contratos de “prestação de serviços”) eram internamente “fiscalizadas” com aparente legitimidade pelos chefes mais velhos (das duas metades), acompanhados respectivamente por dois jovens líderes.<sup>5</sup> Além do esbulho na medição e nos preços pagos pelos madeireiros (R\$50,00 por árvore), havia roubo, pois grande quantidade de madeira deixava a terra indígena à noite, burlando assim qualquer “fiscalização”, também por parte do IBAMA.<sup>6</sup>

Ao final de julho de 1989, um novo Convênio foi firmado entre a Cia. Vale do Rio Doce e a FUNAI com o objetivo de promover, a longo prazo, um programa de assistência aos Xikrin do Cateté.<sup>7</sup> De um modo geral, segundo a antropóloga Isabelle Giannini, que assessorava os Xikrin, eles não pareciam muito interessados nos recursos da CVRD (administrados pela FUNAI em Marabá), diante daqueles oriundos da exploração madeireira ilegal, manipulados direta e unicamente pelas chefias e seus adjuvantes, através de contas bancárias particulares. Esta situação foi gerando descontentamento entre os

<sup>4</sup> Uma das cláusulas do contrato de empréstimo do Banco Mundial à CVRD condicionava o financiamento a um programa de apoio às populações indígenas localizadas na chamada “área de influência” de Carajás (~~o primeiro Convênio CVRD-FUNAI foi firmado em 1982~~).

<sup>5</sup> Bepkaroti e Karangre são, atualmente, os respectivos presidentes das Associações Bep-Nói e Kàkàrekre.

<sup>6</sup> Um expediente ilegal largamente utilizado pelos ‘madeireiros’ consiste na apresentação, nos postos de fiscalização, das *mesmas* ATPFs (Autorização para Transporte de Produtos Florestais) inúmeras vezes.

<sup>7</sup> Desde 2001, este Convênio é administrado pelo Departamento de Gestão Ambiental e Territorial da CVRD, através de uma gerência em São Luís (MA) e não mais em Carajás – e, desde fins de 1999, os recursos são repassados à ABN - e não mais à Administração Regional da FUNAI em Marabá.

demais integrantes da comunidade; as “dívidas” dos madeireiros motivavam expedições de “guerreiros” (os descontentes) aos supermercados dos centros urbanos de Tucumã, Água Azul e Ourilândia do Norte, ocasionando superfaturamento.<sup>8</sup>

Neste período em que poucos recursos dos ‘madeireiros’ eram também despendidos para a compra de medicamentos e pagamento de professoras na aldeia, o quadro sanitário da população Xikrin era preocupante: índices elevados de ocorrência de malária e de doenças infecto-contagiosas, como leishmaniose e tuberculose, além de complicações decorrentes de doenças sexualmente transmissíveis. Assim, entre 1989 e 1991, intensificaram-se os esforços da antropóloga em aprofundar as discussões com os Xikrin sobre as conseqüências (a curto, médio e longo prazos) da exploração ilegal e desordenada de suas terras. Uma referência crítica para os Xikrin do Cateté à época era a situação dos Kaiapó do Xingu (sobretudo Gorotire), com o declínio da exploração garimpeira, acompanhada da extração de madeira (muitos líderes daqueles grupos intermediaram as operações das madeiras no Cateté).

De acordo com a antropóloga,

“num primeiro momento, ao lado de expor a falsa “contabilidade” dos ‘madeireiros’, as fraudes na medição da madeira (comparando os preços pagos a eles e em outras situações), os efeitos da extração desordenada e da degradação ambiental no território Xikrin, foi importante ‘trazê-los’ novamente para o âmbito do Convênio com a CVRD - que disporia de recursos para saúde, educação, aquisição mensal de mercadorias indispensáveis à realização de suas ‘atividades produtivas’ (a coleta da castanha, o plantio de roçados, as festas), além da proteção territorial. O importante era discutir ‘alternativas’.”

Se para os Xikrin, a Cia. Vale do Rio Doce opera numa área (a mina) considerada em *território tradicional Xikrin de perambulação*, a face “legalizada” da exploração de recursos da natureza está exatamente baseada em ‘recompensas’, através de convênios e verbas mensais para as chefias (mecanismos vistos pelos Xikrin através de um processo de predação), por sua vez o processo ilegal de manipulação e esbulho a que estavam expondo o território oficial (revelando-lhes uma situação de “confinamento” histórico) levou-os a ‘frear’ a extração ilegal de madeira. Relativamente ‘unificados’ através da perspectiva de um *novo projeto*, para os Xikrin a possibilidade de virem a gerir recursos ‘por conta própria’ ampliava potencialmente a escala para a obtenção de mercadorias dos *kuben* (destinadas talvez mais à circulação do que à acumulação).<sup>9</sup>

A partir de então, novos atores externos passaram a subsidiar ativamente as discussões com os Xikrin, voltadas para a questão da ilegalidade da atuação dos ‘madeireiros’, fazendo frente à situação de descontentamento e indignação de alguns grupos internamente à

<sup>8</sup> Guardadas as devidas proporções, o mesmo parece estar ocorrendo atualmente em relação à CVRD e as compras/dívidas das Associações Indígenas (não apenas dos Xikrin) no mercado de Marabá.

<sup>9</sup> Este processo de apropriação de riquezas foi recentemente analisado pelo antropólogo Cesar Gordon (2003), que assessorou o projeto de manejo Xikrin entre 2000 e 2001. Também de acordo com Inglez de Souza (2002),

“O contato dos Xikrin com objetos e mercadorias dos *kuben* remonta a toda a sua trajetória de contato, onde eventualmente itens isolados eram obtidos direta ou indiretamente: ferramentas, roupas, miçangas, etc. (...) A obtenção desses itens, que aos poucos de impõe com um caráter de “necessidade”, foi feita através de diversas modalidades de relação com os *kuben*” (p.69). Voltaremos a tratar deste aspecto no relatório final.

comunidade, contrários à atuação ilegal dos madeireiros no interior da terra indígena; integrantes do Centro Ecumênico de Documentação e Informação (CEDI) e advogados do Núcleo de Direitos Indígenas (NDI) elaboraram pareceres, acenando-lhes com a possibilidade de acionar judicialmente as empresas madeireiras. O desperdício e o grau de degradação ambiental a que a terra indígena tinha sido objeto com a exploração “desordenada” pelos ‘madeireiros’ eram evidenciados pelos inúmeros ramais de pequenas estradas abertas ~~pelos madeireiros~~ no interior da área e pelos ‘restos’ de acampamentos na mata, em que haviam estado mais de 300 homens a serviço das madeireiras, tendo deixado ossadas de animais caçados, ‘marcas’ da ocupação ilegal que indignavam os Xikrin.

A atuação das madeireiras havia ultrapassado os limites da terra indígena, com o “aval” implícito dos Xikrin, entrando nas reservas florestais então sob domínio da CVRD (FLONAs do Aquiri e Tapirapé). Isto fez com que a Vale se convencesse ainda mais da importância de retomar as atividades do Convênio, provendo-o de recursos, assim como apoiar a discussão dos Xikrin com os advogados (CEDI e NDI), tendo em vista uma ação judicial contra as madeireiras.

Em 1991, com o apoio da unidade administrativa regional da FUNAI (Marabá), durante três meses foi realizado um acompanhamento por ‘fiscais’ da extração da madeira; a CVRD e o IBAMA patrocinaram ações de retirada de invasores da área e os advogados do NDI e do CEDI, com o acompanhamento de Isabelle Giannini, aprofundaram a análise da situação dos contratos dos Xikrin com as madeireiras; naquele mesmo ano, os Xikrin deixaram efetivamente de estabelecer esses contratos, diante da possibilidade de construção de ‘alternativas econômicas’ que fossem ‘sustentáveis’ (noção discutida a partir dos danos concretamente observados) e contando com o fortalecimento dos recursos da CVRD. Uma vez reatado o Convênio, os Xikrin começavam lentamente a discutir ‘alternativas’.

De acordo com Inglez de Souza, no diagnóstico realizado pelo ISA em 2002,

“Entre 1990 e 1993, num processo que Giannini (1996) designou de *marchas e contramarchas*, os Xikrin passaram por momentos turbulentos, nos quais alternaram-se ainda diversas empresas madeireiras na área e movimentos contraditórios no seio da comunidade, onde uma grande maioria se colocava contra os contratos, enquanto algumas lideranças insistiam no retorno das madeireiras. Apesar de a comunidade ter solicitado ao NDI ingressar em juízo, processando os madeireiros, as lideranças continuavam estabelecendo contratos com as empresas” (p.71).<sup>10</sup>

### 3. Ação judicial e dividendos simbólicos

Com a assessoria de advogados (NDI) e da antropóloga, a partir de 1992, para a fundamentação de uma ação civil pública de responsabilidade por danos causados ao meio ambiente contra a União, a FUNAI, o IBAMA e as madeireiras Bannach e Perachi (responsáveis pela invasão e a abertura de mais de 100 km de estradas ilegais no interior da TI), foi discutida com os Xikrin a necessidade de reunir com eles toda a documentação

<sup>10</sup> Este processo, marcado por tensão política, acabou levando, em 1993, a uma cisão entre os Xikrin, com a formação da aldeia de Djudjêkô (a 18 km da aldeia do Cateté), onde parte do grupo já vinha plantando roçados, dada a escassez de pesca e caça, além da exaustão das áreas agricultáveis próximas à aldeia do Cateté.

relativa aos acordos com as madeireiras, especialmente os originais dos contratos. A Administração da FUNAI em Marabá, por sua vez, reuniu todas as informações provenientes da investigação feita pelos “fiscais” quanto à extração da madeira.

Os advogados apontavam para os Xikrin que a ação judicial só seria efetiva se os contratos com as madeireiras fossem de fato interrompidos; o que estava *em jogo* era a *credibilidade das iniciativas dos Xikrin*. De uma certa forma, eles pareciam ter se convencido de que as suas “necessidades essenciais” estariam supridas através dos recursos e das atividades do Convênio. Segundo a antropóloga, a partir do momento em que a ala descontente decidiu que o avião que a empresa Bannach havia entregue aos Xikrin não sairia mais da pista do Cateté (onde permaneceu até apodrecer), ficou explicitada a ruptura definitiva com aquela sistemática em nome de *todos os Xikrin*, caracterizando-se então o limiar de uma nova etapa.

A ação civil pública proposta pelo NDI na Justiça Federal em Brasília (distribuída à 12ª Vara Federal em maio de 1993), obteve liminar em 5 de abril de 1994 para interdição da TI Xikrin e a imediata interrupção de toda e qualquer atividade madeireira dentro de seus limites. A ação propunha a paralisação das atividades de extração ilegal de madeira e a condenação das empresas a arcarem conjuntamente com todos os custos necessários à recomposição ambiental daquela área (cf. Giannini, 1996).

O resultado favorável da ação judicial rendeu dividendos simbólicos: ao lado da visibilidade, na imprensa, de que os Xikrin haviam ‘ganho’ a ação contra as madeireiras (cf. ISA, 1996), verificou-se uma crescente mobilização e participação dos Xikrin em reuniões para tratar do “zoneamento” da terra indígena, por exemplo, tendo havido uma considerável abertura ao diálogo interinstitucional daquela sociedade que, até há pouco tempo, vivia em condições de relativo isolamento, com poucos interlocutores não-índios.

A etapa seguinte consistia em reunir as bases técnicas, legais e políticas para a estruturação do início de uma outra modalidade de exploração florestal, que envolvesse toda a comunidade Xikrin, ou seja, os distintos grupos políticos agrupados nas duas aldeias, incluindo a extração da castanha, atividade que, com finalidades comerciais, fora introduzida entre eles ainda nos anos 60, através do Pe. Caron, dominicano que os acompanhava (cf. Vidal, 1977).

#### 4. “Novo” projeto: informações técnicas e conhecimentos dos Xikrin

De acordo com a equipe do ISA, era necessário reunir informações técnicas necessárias para “estudar” com os Xikrin um “novo projeto” (o manejo florestal com critérios de sustentabilidade) e o modo de viabilizá-lo através de gestões institucionais de natureza diversificada: o projeto viria a ser elaborado junto com os Xikrin, através de uma organização não-governamental (ISA), com aval do Estado (FUNAI e IBAMA, mais diretamente) e viabilizado com recursos públicos e privados (F.Ford, PNPI, MMA-PPG7 e CVRD).

De acordo com a antropóloga Giannini (inf. pessoal), havia muitas questões ‘desafiadoras’: lidar com madeira de modo legal, institucionalizado, em meio a um “mar de ilegalidades”; viabilizar um projeto com os Kaiapó-Xikrin, sociedades onde as relações com bens e mercadorias de um modo geral adquirem um caráter de permanente *predação* (que os Xikrin claramente alimentam com os *kuben*, os não-Xikrin), ou seja, o desafio de ‘ir contra os madeireiros’ naquela região e propor (aos Xikrin) algo “satisfatório”: convencê-los de que aquela seria um ‘alternativa’ à ação nefasta dos ‘madeireiros’; convencer a CVRD de que a terra Xikrin é, de certa maneira, o seu ‘escudo’ (ou “*buffer zone*” natural) que, uma vez ameaçado, tornava vulneráveis também os limites da área controlada pela CVRD; convencer a FUNAI (afinal a União deveria tomar alguma providência em relação ao esbulho de seu patrimônio), diante da interdição de intermediar ou fazer contratos com os índios (tal como haviam feito no município de Redenção, com os Kaiapó), estimulando por sua vez os contratos verbais e as relações diretas com os ‘madeireiros’.<sup>11</sup> Havia ainda ~~uma~~ ~~outra~~ dificuldade ~~de~~ ~~de~~ recrutar engenheiros florestais dispostos e especializados em manejo de florestas nativas, já que no Brasil é mais usual o trato com florestas homogêneas, plantadas.<sup>12</sup>

Embora houvesse resistências político-institucionais quanto à possibilidade de manejo de madeira em terra indígena, em fins de 1990, através da Administração Regional da FUNAI em Marabá (que forneceu o veículo e o motorista), um repasse inicial de recursos da CVRD destinou-se à constituição da base cartográfica e compra de imagens de satélite, ao lado da remuneração dos técnicos para um primeiro levantamento participativo, em campo, com base em unidades amostrais.

Em 1991, o Fundo Nacional de Meio Ambiente (Secretaria de Meio Ambiente/ SEMAM) financiou a realização de um diagnóstico florestal da TI Xikrin, coordenado pelo Programa Povos Indígenas no Brasil (PIB/CEDI), que contou com o apoio da Escola Superior de Agronomia Luís de Queiroz (ESALQ-Universidade de São Paulo); além da antropóloga,

<sup>11</sup> Observe-se aqui um paradoxo: durante a década de 70, o Departamento Geral do Patrimônio Indígena da FUNAI geria a *renda indígena*, de composição heterogênea, oriunda da exploração de ouro, madeira, castanha, trigo, etc. pelos índios e por terceiros, em terras indígenas situadas em diferentes regiões do país. Sobre estes produtos, isentos de tributação (de acordo com a Lei 6001/73, o Estatuto do Índio) havia de fato pouco controle de exploração pelos índios, que legalmente já detinham a exclusividade de usufruto, reiterada no art.231 da Constituição Federal de 1988.

<sup>12</sup> No Suriname e na Costa Rica estes profissionais são mais facilmente encontráveis, devido aos conhecimentos acumulados e experiências com manejo de florestas tropicais nativas.

participaram dois engenheiros florestais, três mateiros e sete Xikrin, entre jovens que sabiam fazer medições e mais velhos, para o reconhecimento das espécies, registradas então com o nome popular e com o nome Xikrin. De acordo com Isabelle Giannini, “os ‘erros’ foram mínimos porque os mateiros reconheceram que os Xikrin *conheciam de fato a diversidade de seu território*”. A intensa mobilização e participação dos Xikrin garantiu o êxito nesta etapa e o estudo foi concluído em 1993, com a elaboração do primeiro Inventário Florestal da Área Indígena Xikrin, onde foi definido um zoneamento socioambiental:

- zonas de proteção e preservação para refúgio animal;
- zonas de reabilitação e adensamento florestal para utilização dos Xikrin (que haviam sido intensamente exploradas pelas madeiras);
- zonas de subsistência: extrativismo, principalmente castanhais e açaiçais;
- zonas de uso comum: plantio de roças através do sistema do pousio no entorno das aldeias;
- **zonas de uso comercial: cerca de 10% da área indígena a ser manejada num ciclo de 30 anos (esta seria a área objeto do ‘projeto de manejo’).**

Os principais resultados concretos foram a primeira versão de mapas de cobertura vegetal, hidrografia e relevo (escala 1:250.000), com a definição de áreas passíveis de exploração. Simultaneamente, os recursos do FNMA também financiaram um estudo de viabilidade para a exploração da castanha-do-pará na área Xikrin, realizado pela Sociedade para o Desenvolvimento Tecno-Ecológico (ECOTEC).

Em 1994, através de recursos da CVRD, foi realizado um inventário 100% do aproveitamento florestal de recursos madeiros de uma área experimental (816 ha), contando com a assessoria de um engenheiro florestal da Universidade da Costa Rica (face à dificuldade de encontrar profissionais habilitados e dispostos no Brasil, conforme mencionado). Esta área foi alterada e um novo inventário a 100% foi feito numa área de 1.413 hectares, com o objetivo de elaboração final do Plano de Manejo Florestal da Terra Indígena Xikrin, apresentado inicialmente em 1995 para os Ministros da Justiça (Nelson Jobim) e do Meio Ambiente (Gustavo Krause).

## **5. Preparativos: instrumentos legais, recursos financeiros e gestão do projeto**

De acordo com o diagnóstico realizado pelo ISA em 2002 (op.cit., p.73)

“Foi preciso realizar uma série de gestões na área jurídica, considerando que o Projeto envolvia atividades e situações pioneiras, relacionadas a aspectos delicados relativos à legislação ambiental e indigenista, ainda sem uma definição legal precisa. O NDI e o CEDI – e, posteriormente o ISA – realizaram junto aos Xikrin e diversos órgãos governamentais, discussões sobre a problemática legal do projeto, que resultaram na inclusão de um capítulo específico sobre a questão da exploração de recursos florestais e madeiros no Projeto de Lei que forma o Estatuto das Sociedades Indígenas” [em tramitação no Congresso desde 1994].

Nas discussões que visavam garantir a autorização para um projeto de manejo florestal em terra indígena, diversas instituições (públicas e privadas) participaram do processo: FUNAI, CVRD, Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia

legal, Ministério da Justiça, IBAMA, ISA, empresas que realizariam o corte, o transporte e a serragem da madeira, assim como compradoras (nacionais e internacionais). Este processo estimulou a formação da Associação Bep-Nói de Defesa do Povo Xikrin do Cateté (ABN) ainda em 1995, baseada nos princípios da organização daquela sociedade (o sistema de metades, chefias de “turmas”, conselho de anciãos, classes de idade, etc.); através da ABN os Xikrin encaminhariam o gerenciamento político, econômico da exploração, comercialização e administração dos recursos provenientes da exploração de recursos florestais (e eventualmente de outros projetos). No projeto em discussão estavam incluídas atividades de “capacitação” dos Xikrin para a gestão organizacional da ABN e do próprio projeto, sob responsabilidade do ISA.

Os primeiros instrumentos legais que possibilitaram a implantação de um ‘projeto de manejo’ em terra indígena foram o Termo de Cooperação Técnica entre o IBAMA e a FUNAI, assinado em 27.10.1995 (publicado no DOU em 31.10.95) e a Portaria conjunta n. 574/96 P, datada de 17.04.1996 (DOU 18.04.96).

No período compreendido entre 1991 e 2003, o projeto contou com recursos de fontes distintas (ver Quadro 1), além de dois empréstimos da CVRD (2000 e 2001), para viabilizar as operações de exploração madeireira. A CVRD também forneceu recursos

**QUADRO 1 – Recursos financeiros**

Período	Fonte (executor)	Valor - US\$ e R\$
1991	Fundo Nacional de Meio Ambiente/SEMAM (PIB/CEDI)	R\$ 25.000
1995-1996	Cia. Vale do Rio Doce (FUNAI)	R\$ 50,000
1994-1996	Programa Norueguês para os Povos Indígenas /NORAD (ISA)	US 40,000
1996-1998	PPG7 – Projetos Demonstrativos/PDA (ISA)	R\$ 240.000
1996-1997	Fundação Ford (ISA)	US 50,000
1999-2000	CVRD/Banco Mundial (ISA/STCP)	US 400,000
Mai 2000 maio 2003	PPG7- ProManejo (ISA)	US 485,709
2001	CVRD (ISA) – visibilidade	R\$45.743

Obs.: não estão incluídos aqui os empréstimos da CVRD à ABN, nem o valor da estrada construída pela CVRD em 2001, ligando a unidade de manejo florestal (UMF), no interior da TI Xikrin, ao município de Tucumã.

para a divulgação (visibilidade) do projeto (video, folder <sup>baner</sup> e publicação)<sup>13</sup>.

Entre 1996 e 1998, com financiamento dos Projetos Demonstrativos (Projeto 077) / MMA (recursos PPG7), foram realizados estudos e levantamentos de campo visando à continuidade e<sup>o</sup> aprofundamento das atividades já realizadas: diagnóstico ambiental, apoio à comercialização da castanha-do-pará e assessoria jurídica, política e administrativa à ABN. Estes levantamentos subsidiaram um Plano Diretor da Terra Indígena Xikrin,

<sup>13</sup> Até o presente, foram produzidos o video (“Kaben Djuoi, Manejo Florestal na Terra Indígena do Cateté”, 2001, 15’, versão também em inglês), o folder <sup>e baner</sup>.

instrumento destinado ao aprimoramento e atualização permanentes, que orientou a dinâmica da utilização da área Xikrin.

Foram realizadas discussões entre especialistas de diversas áreas e representantes Xikrin sobre as alternativas de produção de madeira: a) exploração própria ou terceirizada; b) comercialização do produto bruto ou beneficiado; c) comercialização no Brasil ou no exterior; d) parcerias na exploração, processamento e comercialização e e) gestão do projeto pelos Xikrin. Em dezembro de 1996 foi realizada uma Reunião de Trabalho sobre Cenários de Viabilidade para a Implantação do Manejo Socioambiental na Terra Indígena Xikrin do Cateté, tendo em vista subsidiar a elaboração do “*Business Plan: Timber Operations on the Indigenous Territory of the Xikrin of Cateté*”, o plano de negócios que traçou as diretrizes desta etapa do projeto.

## 6. Contramarchas

Um Grupo de Trabalho interno à FUNAI, criado pela Portaria n. 808/Pres. em 28.08.1997, tinha por objetivo subsidiar a normatização da exploração de recursos naturais renováveis em terras indígenas, tendo sido então incumbido de avaliar os procedimentos e mecanismos técnico-jurídicos criados para a aprovação/execução do projeto de manejo Xikrin, apresentado e coordenado diretamente no campo por uma organização não-governamental. O GT realizou mais de uma dezena de reuniões nas dependências da FUNAI em Brasília, sem no entanto ter-se deslocado a campo ou convocado a participação dos Xikrin, através da ABN.

A contribuição para o GT de representantes das instituições parceiras realizadoras ou financiadoras do projeto - como o ISA, o IBAMA (ProManejo) ou a CVRD - esteve restrita ao encaminhamento de documentos solicitados ou troca de correspondência, marcados pela demora burocrática peculiar; aspectos de natureza político-administrativa~~s~~ parecem ter dificultado um debate sistemático de questões que poderiam de fato ser pertinentes, em face dos propósitos do GT.

Assim, o ‘projeto de manejo’ Xikrin foi nitidamente analisado pelo GT da FUNAI com um viés político, ou seja, mais como um “problema” – e não como uma “solução” diante do processo acelerado de esbulho com a extração ilegal de madeiras em terras indígenas na Amazônia. O GT concluiu que a FUNAI era “contrária à exploração florestal em terras indígenas, até que se chegasse a uma proposta conclusiva de viabilidade técnica e legal”; mobilizou o Ministério Público Federal (6.a Câmara) a exarar o seu parecer, em que o Procurador Roberto Santoro reafirmou tratar-se de assunto que requeria discussões interdisciplinares qualificadas.

O relatório final do GT, datado de fevereiro de 1998, propôs a “suspensão de todas as ações relativas à implantação e execução do Plano de Manejo Xikrin”. Esta paralisação desmobilizou os parceiros compradores de madeira (na Holanda), e financiadores da exploração (CVRD e Banco Mundial), que preferiram aguardar o desfecho da situação e uma autorização formal da FUNAI para o projeto.

Os Xikrin e a equipe do projeto de manejo/ISA mobilizaram-se, solicitando à FUNAI que o problema fosse resolvido: entre outras medidas, enviaram correspondência, marcaram reuniões na aldeia, solicitando a presença do então presidente do órgão. Passaram-se meses e a situação permanecia sem solução, o que motivou os Xikrin a se deslocarem a Carajás, onde um forte processo de mobilização política culminou com o fechamento da Rodovia Carajás-Parauapebas, cujo impacto levou o então presidente da FUNAI, no início de 1998, a expedir apoio formal, por escrito, ao Projeto de Manejo Xikrin.

Desde 1997, o ISA já discutia com a CVRD e o Banco Mundial (Japanese Grant) a possibilidade de participação da agência multilateral no processo, mas devido aos impedimentos colocados pelo GT da FUNAI, esse apoio só foi efetivado em 1999, em parte também pela pressão exercida pelos Xikrin. O contrato 053/99 visava garantir o apoio institucional ao ISA, remuneração da equipe do Projeto de Manejo, atividades de suporte (geoprocessamento, assessoria jurídica, etc.); inventário 100% da área destinada ao manejo florestal (realizado pela empresa STCP, de Curitiba); capital de giro para a exploração; capacitação da ABN e infra-estrutura, especialmente reforma da estrada para viabilizar o transporte e escoamento da produção.

## 7. A extração e a certificação florestal

De acordo com Inglez de Souza (idem:74), “tendo uma base de dados suficiente para respaldar a exploração, principalmente através do Plano Diretor, dirimindo dúvidas e ambigüidades no plano jurídico e acertando os principais problemas de resistências institucionais”, o projeto inaugurava uma fase antecedente à extração que, por sua vez, trouxe uma nova série de desafios e dificuldades. Havia, principalmente, uma grande pressão dos Xikrin em relação ao início da extração de madeira e ~~dos~~ <sup>dos</sup> rendimentos econômicos da atividade.

Com o término do financiamento do PDA (MMA), o ISA encaminhou já em 1998 uma proposta para o Programa ProManejo (MMA). No entanto, problemas de estruturação burocrática do Programa, entre outros, fizeram com que os recursos só estivessem disponíveis a partir de maio de 2000, quando foi firmado o Convênio 005/99 entre o ProManejo/MMA e o ISA, com previsão de duração de três anos para o “Apoio à Implantação do Manejo Socioambiental da Terra Indígena Xikrin do rio Cateté”, tendo como beneficiária a Comunidade Xikrin. O projeto incluía a remuneração da equipe técnica, com uma coordenação tripartite (antropológica, florestal e técnica de campo) e prestadores de serviços; a instalação da infra-estrutura de campo do projeto (casa-sede, escritório, gerador, alojamento, veículo, equipamentos, etc.) e gastos gerais com a manutenção de veículos, passagens aéreas, etc.

Segundo o diagnóstico realizado pelo ISA (2002:74-75),

“depois de alguns anos de rompimento com o modelo madeireiro que, embora predatório, garantia recursos e mercadorias, e de muita luta e trabalho, os Xikrin demonstravam ansiedade e pressa para começar logo a ter acesso aos resultados concretos de tantos esforços. Outras dificuldades eram a ausência de recursos para garantir pré-investimentos necessários ao início das atividades e o financiamento da exploração, cujo custo requer um dispêndio significativo de recursos” (...)

“O ISA pensou em se retirar do empreendimento em 1999, chegando a afastar sua equipe de campo, mas obteve garantias de solução de problemas e viabilização de recursos por parte da CVRD, em reunião havida entre os Xikrin, representantes do MPF, do ISA e da empresa por ocasião do fechamento da mina de Carajás pelos Xikrin, ocorrida em protesto pela falta de recursos para a safra de castanha daquele ano”.

(...)

“Para 1999, já havia a previsão de iniciar a extração de madeira, cuja meta inicial era de 1.000 m<sup>3</sup>, e que dependia basicamente de algumas condições estruturais – principalmente a regularização da estrada para escoar a produção, que a CVRD havia se comprometido a realizar, o que não fez dentro do prazo previsto. Este fato gerou uma grande frustração entre os Xikrin e os profissionais envolvidos, levando inclusive ao desligamento da antropóloga Isabelle Giannini da equipe, que esteve à frente das atividades desde o início (...) A equipe sofreu diversas alterações” [também na coordenação técnica, no campo e Cesar Gordon, <sup>a contratação de</sup> que foi contratado para a assessoria antropológica].

Com recursos da CVRD, ainda em 1999 foi feito o Plano de Negócios para o manejo, tendo sido iniciado o processo de certificação florestal da unidade de manejo dos Xikrin, através da empresa certificadora SmartWood, credenciada pelo FSC (*Forest Steward Council*); o

selo símbolo representa garantias para o mercado consumidor do primeiro mundo (em termos do controle sócio-ambiental da sua produção, desde a extração). Este processo é composto de várias etapas, em que auditorias são sistematicamente realizadas com o objetivo de controlar pré-condições e condições para a certificação, revista periodicamente (ocorre a perda da certificação se, nos prazos determinados, estas condições não forem satisfeitas). Para a certificação, através de recursos do ProManejo, a SmartWood elaborou um relatório preliminar, (dezembro de 2000) e o relatório revisto (março de 2001), estabelecendo algumas pré-condições (a certificação da unidade de manejo florestal Xikrin já foi provavelmente perdida com a interrupção do projeto, em 2002).

Entre fins de 1999 e início de 2000, os recursos do Convênio CVRD-FUNAI para assistência aos Xikrin (firmado em 1989) passaram a ser administrados diretamente pela ABN, o que levou a inúmeras mudanças internas à organização, sobretudo contratações de não-índios.

Os problemas havidos com o inventário florestal de 2000 diziam respeito às suas condições de realização (na estação chuvosa, às pressas - a madeira tinha que ser colhida, pois havia uma empresa compradora pressionando) e à qualificação dos técnicos da empresa contratada pela CVRD (STCP, de Curitiba), inexperientes quanto à interlocução, que acabaram por fazer o inventário *sem a participação dos Xikrin*. Deste modo, ocorreu um equívoco ao substituir cedroarana por mogno, cuja conseqüência foi o valor superestimado da floresta (o mogno já era escasso na área) - e o inventário teve que ser refeito. Ao lado destes problemas de natureza técnica e operacional, a demora na construção da estrada (contrato CVRD) e na obtenção das autorizações de exploração (AUPEX) e de transporte de produtos florestais (ATPFs), fornecidas pelo escritório regional do IBAMA (Belém) foram fatores responsáveis pelo cancelamento da colheita de 1999 e pela relativa perda de credibilidade dos Xikrin no empreendimento ao qual vinham se dedicando já há cerca de oito anos.<sup>14</sup>

Um contrato inicial de *empréstimo* da CVRD à ABN havia sido feito em 1999 com o objeto de viabilizar a exploração e a serragem experimental de 1000 m<sup>3</sup> de toras, através de adiantamento de recursos na ordem de R\$ 175.000,00, sob a supervisão do ISA. A devolução do empréstimo seria realizada logo após a venda da madeira. Em 2000, tendo em vista os resultados alcançados com a realização da primeira safra, o ânimo renovado demonstrado pelos Xikrin em relação ao projeto de manejo, a CVRD assumiu o compromisso de renovar esse empréstimo para viabilizar a operação de manejo florestal do ano seguinte.<sup>15</sup>

Conforme o diagnóstico realizado pelo ISA (2002, p.75),

“A extração em 2000 foi realizada por uma empreiteira contratada pela CVRD (Concel). O pessoal do projeto apenas acompanhou os trabalhos, o que não impediu que uma série de

<sup>14</sup> A exploração madeireira na TI Xikrin era uma exceção, autorizada através da Portaria 470/97 do IBAMA/PA, uma vez que a exploração do mogno estava oficialmente suspensa, com a promulgação ...

<sup>15</sup> Em fevereiro de 2001, os Xikrin fizeram uma tentativa (sem êxito) de obter um financiamento do BASA (Belém) - que dispunha de uma linha de crédito para manejo florestal - destinado ao capital de giro do projeto e recursos para exploração.

problemas ocorressem, principalmente devido à inexperiência da empresa com a atividade e o trabalho com sociedades indígenas. Todo o processamento foi terceirizado para a Brumila Norte Industrial Madeireira Ltda. que, por sua vez, realizou os trabalhos em uma serraria alugada em Tucumã. A função do pessoal do projeto era de fiscalizar as atividades. Foram extraídos 581,13 m<sup>3</sup> de madeira, com a obtenção de uma receita bruta de R\$165.645,10; os custos diretos da atividade (impostos, trâmites burocráticos, serraria, etc.) foram de R\$76.016,59, o que gerou um resultado financeiro de R\$89.628,59” [as despesas não incluíram gastos com pessoal, exploração, infra-estrutura, corte e arraste].

De acordo com o relatório anual de atividades do projeto (ISA, 2000),

“durante o ano de 2000, o projeto Xikrin parece ter avançado de modo muito significativo, no que se refere à implantação do empreendimento florestal, e sobretudo em relação ao envolvimento dos Xikrin com o projeto. Após terem se sentido frustrados e decepcionados com o cancelamento da colheita em 1999, os Xikrin demonstraram ter readquirido confiança no Projeto e credibilidade na equipe do ISA. Sem dúvida, conseguir realizar essa primeira colheita, de fundamental importância prática mas também simbólica para a continuidade do projeto, deveu-se a alguns fatores: 1) boa articulação e empenho de uma equipe formada às pressas, e que contou com a colaboração e experiência da equipe anterior; 2) um acompanhamento sistemático dos acontecimentos por parte da comunidade Xikrin e sua intervenção ativa em momentos cruciais; 3) um maior envolvimento da CVRD enquanto parceira da proposta”.

(...)

“Esta venda [2000] foi importante, pois representou para a comunidade indígena uma nova fase de comercialização e valoração do mogno, uma vez que anos atrás os índios vendiam aos madeireiros uma árvore por R\$50,00 (em média cada árvore possui 4,5m<sup>3</sup>). Até dezembro os Xikrin haviam recebido R\$28.500 da venda do mogno para laminação. Este dinheiro foi dividido igualmente entre as duas aldeias (Cateté e Djudjê-kô), seguindo o critério dos grupos de idade”.

Conforme as observações do antropólogo assessor do projeto (ISA, relatório final de 2000),

“[a partir de 2001], na medida em que o plano de manejo for gerando um aumento na renda per capita disponível aos Xikrin, cresce a necessidade de um monitoramento antropológico constante, de modo a compreender e avaliar as mudanças em sua economia política, isto é, o modo como essa nova “riqueza” econômica é absorvida e feita circular entre os membros da comunidade. *Esta é uma questão delicada, uma vez que diz respeito à própria constituição política da sociedade Xikrin, ao modo como pretendem lidar com valores de um sistema (exógeno) de mercado capitalista*, enfim, aos objetivos últimos do projeto socioambiental em suas terras. Nosso papel aqui, muito mais do que apresentar aos Xikrin fórmulas prontas e diretrizes, será o de aprender a construir *juntamente* com eles essa importante fase de sua história” (grifo nosso).

## 8. Balanço de 2001

De acordo com o relatório final do ISA, em 2001,

“ocorreram alguns problemas com a comercialização da madeira devido a vários fatores externos ao projeto. A **forte presença de madeira ilegal na região**, além de ter um custo operacional de exploração mais baixo, aumenta a oferta do produto, diminuindo os preços. Neste cenário, **a certificação da madeira Xikrin** é fundamental para diferenciar o produto no mercado e abrir oportunidades para a comercialização, tanto no mercado interno quanto externo.

Em 2000 foi identificado erro no inventário da área de exploração de 2001, provocando uma queda significativa nos resultados. O levantamento realizado pela empresa STCP apresentou dados superestimados da capacidade produtiva da floresta como também das espécies encontradas. Houve erro tanto na identificação, como no volume das árvores medidas. A STCP foi comunicada pela equipe do Projeto, e apressou-se em realizar vistoria na área de exploração, constatando o engano cometido no levantamento. Foram iniciadas negociações junto à empresa sobre como o projeto pode ser ressarcido dos prejuízos sofridos em decorrência da falha técnica.

Apesar de termos o controle total de todas as operações, o balanço financeiro do ano 2001 foi negativo, tendo sido financiado (a título de empréstimo) pela CVRD. Podemos destacar como algumas das causas deste resultado: as péssimas condições das estradas (apesar da CVRD ter subvencionado parte das obras de melhoria), a grande distância da área de exploração em relação à serraria; a terceirização do serviço de serraria; o erro no inventário, além da existência de um mercado instável.

#### O antropólogo assessor do projeto, no entanto, registrava que,

“considerando o histórico do Projeto, e os objetivos que os Xikrin imaginavam desde o início, seu grau de envolvimento é muito bom. Evidentemente que, nos últimos anos, em vista do aumento exponencial do volume financeiro que eles têm obtido do Convênio com a CVRD, os recursos advindos do manejo deixaram de ter um peso central para sua economia (os Xikrin têm recebido da CVRD em dois meses o equivalente ao lucro anual obtido com a venda da madeira). Mesmo assim, acho que podemos medir seu envolvimento em vários contextos:

- na forma como eles demonstram interesse em acompanhar o andamento das atividades do Projeto;
- na sua intervenção ativa em momentos difíceis (a exploração florestal de 2000 foi possível em boa medida graças à mobilização da comunidade para exigir que a CVRD fizesse valer o compromisso assumido nos anos anteriores de construir trechos da estrada ligando a unidade de manejo a Tucumã);
- na interlocução constante com a equipe do ISA sobre os resultados do Projeto (mesmo que seja para cobrar ‘mais eficácia’ e ‘maior lucratividade’);
- no compromisso assumido de não mais estabelecer contratos ou negócios com madeireiros da região, apesar da enorme pressão tanto de madeireiros como de outras lideranças Kaiapó;
- serem “a única comunidade Kaiapó a não explorar madeira ilegal na Amazônia”;
- manter um programa de vigilância e fiscalização da área indígena;

Por outro lado, não dá para esperar que os Xikrin estivessem 100% comprometidos com aquilo que nós achamos ser um “correto envolvimento”. Há uma série de dificuldades inerentes, principalmente aquelas que se apresentam no cotidiano das operações de campo. Sem dúvida, essas pequenas dificuldades cotidianas da equipe em campo não devem ser desconsideradas, e como parte da relação de transparência que temos com os Xikrin, é importante expor a eles suas implicações, para que se sintam também ‘responsáveis pelo bom andamento das operações florestais e do bem estar dos técnicos’.

### 9. A crise de 2002

Em abril de 2002, de acordo com um relatório de andamento das atividades do projeto, elaborado pelo antropólogo assessor (ISA, 2002),

“os Xikrin estão passando por uma fase de acentuado consumismo, por uma série de razões. A comunidade não está conseguindo desenvolver sozinha mecanismos de controle sobre esse processo de consumo inflacionário. Certamente isso se agravou na medida em que a

CVRD de alguma forma ‘descentralizou’ as funções de mediação [através do escritório em Carajás, transferido para São Luís/MA], ao mesmo tempo em que ABN foi se tornando autônoma em relação à FUNAI. O resultado é que no primeiro trimestre do ano, a ABN já acumula dívidas da ordem de R\$ 500 mil.

“Já foi diagnosticado que grande parte desses recursos são gastos principalmente por algumas lideranças com seus pequenos grupos de parentes e adjuvantes. Em outros relatórios já havia chamado atenção para esse paradoxo da economia política Xikrin e Kayapó em geral, marcado pela diferenciação entre uma classe de chefes (com alto poder de manejar recursos financeiros) e o restante da comunidade, que precisa dos chefes como veículo para que o fluxo de mercadorias em direção às aldeias não cesse. É um processo complexo que envolve as estruturas sociopolíticas das comunidades Kayapó. Não há mágica para resolver. No entanto, tendo em vista a dinâmica particular desse processo entre os Xikrin, pensamos que uma forma de contrabalançar a tendência seria através do estabelecimento de um fluxo constante de informação *para toda a comunidade* sobre os procedimentos e a administração dos recursos da ABN. O ISA controlaria esse processo de “abertura” (que cheguei a definir como uma *glasnost* indígena), para evitar potenciais conflitos de interesse e ruptura política.

A partir desse diagnóstico foi traçada a estratégia para o Projeto de Capacitação da ABN, que somente agora, está sendo reiniciado. Como destacado em outros relatórios, o projeto atuaria em duas frentes: capacitação da “comunidade Xikrin” como um todo para gerenciar politicamente o funcionamento da associação, ao lado da capacitação de alguns jovens para assumir tarefas administrativas cotidianas no escritório da ABN.”

Quando o ISA começou a estruturar os cursos de capacitação, o antropólogo destacava a importância de que os agentes capacitadores tivessem clareza quanto aos objetivos gerais do trabalho, sem perder o seu foco, “caso contrário iriam se perder nas ‘questões cotidianas’”, na verdade, bastante complexas. De acordo com o antropólogo, isto iria depender de uma atuação muito próxima do coordenador do Projeto Xikrin com a coordenação do programa de capacitação.

Com os repasses de recursos do Convênio CVRD-FUNAI diretamente para a ABN (desde o início de 2000), a CVRD buscou contratar um “gerente” para a ABN, para lidar com as complexas relações de intermediação entre a empresa e os Xikrin. Assim, ainda de acordo com o antropólogo,

“era importante que a coordenação do Projeto estimulasse e conseguisse promover uma ação articulada entre ISA e CVRD quanto ao gerenciamento da associação e às atividades de capacitação; *que pudesse garantir a comunicação e a troca de informação constante entre a equipe do ISA e os funcionários da CVRD*, para que as atividades relacionadas com a ABN fossem realizadas em conjunto, de maneira coordenada - sem essa articulação, a CVRD irá trabalhar ao seu modo, separadamente do ISA, e *isso além de ser um desperdício de energia e esforços institucionais, acaba sendo ineficaz*” (grifo nosso).

“A questão da capacitação é, em primeiro lugar, uma questão conceitual. O que é a Bep-Noi? não a casinha nos fundos da FUNAI, com os funcionários ‘brancos’ trabalhando, mas a ABN enquanto instituição. O que ela é? nada mais do que os próprios Xikrin, isto é, a dimensão política dos Xikrin: chefes + conselho dos homens, representando a comunidade e seus interesses frente à realidade política e econômica mais ampla (CVRD, FUNAI, ISA, mercado - local ou global, etc). É isto que precisa ficar claro para os próprios Xikrin: que a Bep-Noi são eles mesmos, e não ‘uma espécie de Funai’. Na prática já é assim, uma vez que por conta do próprio estilo político Kaiapó, eles já se apropriaram da Bep-Noi, como

tentam se apropriar (isto é, controlar) da FUNAI, da CVRD, etc. No entanto, essa apropriação vem se dando de forma desordenada, sem 'planejamento', sem uma clara "conceituação" desse processo. A capacitação deveria então funcionar justamente como um mecanismo de "ordenamento e conceituação" dessa apropriação, para diminuir os conflitos e os problemas que vêm a reboque dessa "desordem": dificuldade em criar prioridades, gastos descontrolados, pressão em cima dos funcionários, pressões sobre a Vale e o ISA".

"Ou seja, a 'comunidade' precisa controlar a Bep-Noi, desde que possa controlar o que as lideranças – e, sobretudo, os funcionários brancos estão fazendo na e com a Bep-Noi. Se há alguma coisa que a experiência [antropológica, da Isabelle Giannini] com os Xikrin mostra, é que parece claro que as coisas "entram nos eixos" a partir do momento em que 'a comunidade toma ciência' do que está acontecendo, podendo então exercer o controle sobre as decisões das lideranças. Se entendo a história recente dos Xikrin corretamente, foi isso que aconteceu no processo que culminou com o rompimento dos contratos com madeireiros, com o isolamento da posição dos Karangre naquele período crucial, e na reviravolta que os Xikrin deram então).

Como fazer isso? É difícil e não há fórmula. Mas é preciso começar de algum jeito, sem garantia de sucesso, mas com clareza que, dadas as condições, temos que atacar o problema "pontualmente" e não globalmente, como seria o ideal. Assim, com base no que fomos percebendo ao longo do ano passado, uma porta de entrada possível seria a *criação de um canal mais sistemático de informação que fluisse no sentido Bep-Noi–Comunidade* (conselho dos homens no *ngàbe*).

O primeiro passo para isso poderia ser uma rotina de prestação de contas da Bep-Noi feita todos os meses na comunidade. Reuniriam-se todos os grupos (as "turmas", que correspondem aos grupos políticos, às facções internas] no *ngàbe* e a Jucirene [a gerente da ABN] e mais alguém de nós explicaria com calma e clareza o fluxo de caixa da Bep-Noi:

- "Pessoal, a Bep-Noi está assim. Este mês recebemos tanto da CVRD. Vamos ver em que foi gasto. Primeiro, Verba Mensal: salários dos chefes= X, lista de compras da turma do Fulano = Y, lista de compra de Beltrano = Z, etc. Depois, gastos com medicamento, tanto. Gastos com avião, tanto. Gastos com a administração da Bep-Noi, tanto." E assim sucessivamente. Aí faz o balanço: a Bep-Noi (isto é, *os Xikrin*) recebeu tanto, gastou tanto. E aqui não tem tanta importância se todos os homens presentes no *ngàbe* estejam "entendendo 100%" de tudo o que está sendo falado e mostrado. *O importante é o processo estar se dando ali*. Alguém fica como tradutor, **de modo que a informação - mesmo que não totalmente absorvida por todos - vai sendo passada, publicamente, para que possam discutir.**

As experiências em que o Nilto [o coordenador do projeto] fez isso no *ngàbe* foram, eu achei, todas muito satisfatórias. Os Xikrin ficaram atentos, tentaram entender. Esse tipo de rotina vai criar alguns conflitos entre eles (vai ter gente reclamando). Mas isso é fundamental. *É desse conflito que sai um controle maior por parte da comunidade.*"

Em novembro de 2002, os Xikrin enviaram ao ISA, através de fax, uma Ata de Reunião com 11 assinaturas (ocorrida no dia 21), em que comunicavam a contratação, para o posto de gerente da ABN, de um ex-servidor da FUNAI (que havia sido exonerado por improbidade administrativa em Redenção, nos anos 90), além da decisão de encerrar os projetos de vigilância, agricultura e implantação de serraria em ~~Água Azul-do-Norte~~. Em resposta, o ISA entendeu que se tornava impossível dar continuidade ao projeto de manejo sustentável, uma vez que aquelas decisões representavam um retrocesso em relação às conquistas alcançadas, expondo a terra indígena à ação de invasores e impedindo assim a melhoria das condições de viabilidade econômica do projeto.

A ABN também comunicava a sua decisão de reivindicar o aumento dos repasses financeiros por parte da CVRD e, quanto à contratação de um novo administrador (gerente) – pois haviam constatado corrupção de parte da gerente anterior – o ISA apontou que não tinham levado em conta os procedimentos de seleção requeridos. De acordo com o ISA,

“os repasses se prestam ao uso indiscriminado de recursos e não estimulam o desenvolvimento de projetos produtivos pela comunidade Xikrin. Considera ainda que a gestão de recursos pela ABN já tem sido problemática e que a contratação de pessoas com responsabilidade gerencial deveria estar condicionada às qualificações necessárias para solucionar estes problemas.”

Com base no diagnóstico elaborado em outubro de 2002, o ISA realizou um seminário interno para discutir a continuidade de sua parceria com a Comunidade Xikrin, em que resolveu sugerir-lhe – e aos demais parceiros (FUNAI, CVRD, etc.) – a **criação de uma organização de apoio aos Xikrin**, composta majoritariamente por representantes da comunidade e outros das instituições que desenvolvem projetos com ela - como a FUNAI, CVRD, FUNASA (através de conselhos deliberativo e consultivo, incluindo os assessores - antropólogo, médico, etc.). Esta nova organização (proposta nos moldes de uma OSCIP) ficaria encarregada de formular e implantar um “Programa Estratégico de Apoio ao Povo Xikrin”, que gerenciasse, de forma integrada, todos os projetos, atividades e recursos destinados à saúde, educação escolar (e ambiental), proteção, fiscalização, atividades econômicas, segurança alimentar, custeio comunitário e contingências.

O ISA considerou que as decisões da ABN foram em sentido contrário desta proposta que pretendia apresentar à Comunidade, impedindo a continuidade do projeto de manejo e tornando sem sentido os esforços das atividades de capacitação desenvolvidas junto à ABN, relacionadas àquele projeto, implicando assim no encerramento de sua relação de parceria com o ISA. Em vista disto, o ISA decidiu proceder à retirada de seu pessoal em campo e adotar as providências necessárias para o encerramento de suas atividades junto aos Xikrin.

#### 10. O impasse da situação atual e os outros atores

O tempo considerável já transcorrido desde a interrupção do projeto (14 meses) traduz-se em um conjunto de indefinições: todos os equipamentos do projeto permaneceram na unidade de manejo florestal (maquinário, geradores, etc.), bem como parte da madeira (serrada em 2002), que se encontra no pátio da serraria em Água Azul. Para os Xikrin, há atualmente uma série de questões que gostariam de ver resolvidas (como por exemplo a venda desta madeira) ou pelo menos definidas para uma eventual retomada do projeto, após reestudo.

Ao final de fevereiro de 2004, as lideranças Xikrin deliberaram sobre a necessidade de uma reunião, a ser realizada o mais breve possível, em Brasília, com os representantes de todas as instituições envolvidas, enfatizando a importância da presença da antropóloga Isabelle Giannini, que acompanhou momentos significativos na história recente do grupo.

Ao longo de 2003, além da criação da Associação Kàkàrekre,<sup>16</sup> foram promovidas modificações administrativas internas à ABN: com os recursos do Convênio com a CVRD, alugaram uma casa-sede em Marabá, contrataram seis funcionários administrativos, incluindo o gerente (desde agosto de 2003, o advogado que os assessorava), um vigia, três motoristas, três funcionários na “chácara” - todos *kuben* - além de uma enfermeira e uma cozinheira para a Casa do Índio em Marabá (onde ficam os doentes, quando removidos da aldeia, para tratamento médico-hospitalar). Há três motoristas Xikrin contratados, sendo que a diretoria (lideranças e adjuvantes) é remunerada através da Verba Mensal da CVRD.

Na reunião havida em fevereiro último, foram ressaltados os atuais problemas relativos ao atendimento de saúde aos Xikrin (de certa forma, a face da ABN na aldeia); segundo os Xikrin, não são mais atendidos no Hospital de Carajás (CVRD) e, com o final com convênio com a Associação dos Povos Indígenas do Tocantins (APITO) para a administração do Distrito Sanitário Especial Indígena em Marabá, a FUNASA ficou isolada e desprovida de condições satisfatórias de atendimento, sendo mesmo deficitária (medicamentos). As despesas de locomoção e aquisição de medicamentos são cobertas pelo Convênio CVRD. De acordo com o atual gerente da ABN, “não se discute recursos para a ABN fora da CVRD – castanha, plano de manejo e piscicultura: estas são as atividades produtivas em discussão atualmente.

Ao lado da disposição em continuar a apoiar “projetos produtivos” - aqui incluído um novo ‘projeto de manejo’, mas com uma concepção talvez alheia àquela dos Xikrin – a Cia. Vale do Rio Doce, de modo unilateral, propôs que, nos próximos três meses, os Xikrin transfiram as sedes de suas associações para as respectivas aldeias (apesar dos custos que esta mudança vai implicar), com o intuito de encerrar – ou pelo menos controlar - o fluxo para Marabá e as despesas crescentes com a ABN e a Kàkàrekre.<sup>17</sup>

Os Xikrin, por sua vez, apontam as dificuldades operacionais para este “ultimato” apresentado recentemente pela CVRD,<sup>18</sup> tais como a distância da aldeia, as estradas de acesso e a manutenção das operações bancárias e comerciais (já que os centros urbanos das proximidades do Cateté trariam talvez problemas ainda maiores, dada a ausência de infraestrutura), a questão da geração de energia na aldeia (alternativas à termelétrica, como pequenas centrais hidrelétricas, solar, etc.), entre outras.

A FUNAI e o IBAMA, por sua vez, admitem não dispor de quadros técnicos suficientes a níveis local e regional para acompanhar/supervisionar projetos desta natureza (“especiais”), necessitando de contratações e especialização. O único engenheiro florestal lotado na Administração Regional da FUNAI em Marabá, transferido de Belém em 2002, acompanha

<sup>16</sup> Karangre fundou a Associação Kàkàrekre (representando os interesses da aldeia Djudjekô) em agosto de 2003, tendo contratado o gerente (que tinha sido recrutado para a ABN), junto com 08 funcionários administrativos e quatro motoristas, sendo dois Xikrin. A sede funciona nos fundos da FUNAI, em Marabá, onde até 2002 funcionava a ABN.

<sup>17</sup> Em fevereiro último, havia cerca de 100 pessoas, entre crianças e adultos, mulheres e homens Xikrin na Casa do Índio, afora as famílias da diretoria das associações que se transferiram para a cidade, passando a residir em casas alugadas (e buscando vagas em escolas públicas para seus filhos).

<sup>18</sup> A empresa talvez tenha se baseado na experiência dos Parkatêjê e Kyjkatêjê de Mãe Maria que, no entanto, estão localizados a apenas 30 km de Marabá, junto a uma rodovia federal recém-pavimentada.

todas as iniciativas voltadas para as “atividades produtivas” em todas as áreas indígenas nas redondezas de Marabá. Realizou uma única visita técnica ao Projeto de Manejo Xikrin (10 dias entre agosto e setembro daquele ano), tendo acompanhado o início da vistoria da safra de 2002.

Alguns aspectos técnicos críticos do projeto de manejo foram apontados em seu relatório, como a ausência de atividade de reposição (tratos silviculturais) e, portanto, uma concepção diferenciada de “manejo florestal sustentável” (segundo ele, “baseada em planejamento e disciplina”); a colheita florestal de “baixo impacto” implica em cuidados especiais, por exemplo, no arraste da madeira em áreas de drenagem e açazais, por exemplo (o que não fora observado no projeto). Ao lado da crítica à terceirização de todas as atividades de exploração (o que implica em custos muito elevados), foram apontadas as interferências de empreiteiras (contratadas pela CVRD) na qualidade dos serviços prestados, como por exemplo a abertura da estrada que liga a unidade de manejo à Tucumã (sempre intrafegável na estação das chuvas), cujos trabalhos foram vistoriados pelo Instituto de Pesquisas Tecnológicas de São Paulo.

O monitoramento da fauna, das populações de animais de caça (uma das fontes primordiais da dieta Xikrin) é uma outra preocupação: ~~sem~~ a retirada de espécies como o tauari, por exemplo, pode vir a ocasionar a escassez de alimentos para os animais – o que se verifica é o empobrecimento da fauna. A floresta, finalmente, pode oferecer muitos outros produtos, cuja exploração com critérios de sustentabilidade poderia ser mais beneficiária aos Xikrin em termos de apropriação de tecnologias apropriadas, em combinação com os seus conhecimentos tradicionais, relativos ao bioma de seu território.<sup>19</sup>

A Administração Regional da FUNAI só acompanhou mais diretamente as atividades do projeto de manejo através dos servidores locais, ou seja, dos chefes de postos, que reafirmam o relativo envolvimento dos Xikrin com o projeto, talvez mais na fase anterior à extração, nos anos de estudos. As críticas, no entanto, estão voltadas para uma chamada “não assimilação [dos Xikrin] do trabalho com a madeira” (o que explica a terceirização), para os baixos rendimentos financeiros (devido aos altos custos, subsidiados). A “falta de planejamento” na aplicação destes recursos através da Associação (“as lideranças gastando como queriam, pagando dívidas de hotéis, churrascarias, táxi em Marabá, Parauapebas e Água Azul”), é um outro aspecto desfavorável, segundo a administração da FUNAI em Marabá, ao lado da ausência de acompanhamento/envolvimento dos jovens Xikrin com o projeto (os mais velhos participaram mais na fase do inventário), o que representa um grande desafio para os próprios Xikrin e para os profissionais que os assessoram.

Se a FUNAI não tem experiência nos “negócios com madeira” (a coibição, em missões com a PF, sempre foi a tônica do seu *modus operandi* legal), muito menos o ISA. O melhor negociador, no entanto, no elenco de parcerias, poderia ter sido a CVRD (pelo menos em relação aos minérios a empresa demonstra sua eficiência). Um outro fator desfavorável ao

<sup>19</sup> Seria esta a ênfase da “manutenção da floresta em pé” (note de uma proposta recente do IPAM e do ISA, que consiste no ‘desmatamento reduzido’).

projeto, segundo a FUNAI, foi criar a ABN sem quadros capazes de administrar recursos (o “projeto de capacitação” deveria ter antecedido outras etapas, talvez). Por sua vez, a administração da FUNAI em Marabá de fato reconhece não dispor de estrutura local (aspectos técnicos e recursos humanos) para gerenciar os chamados “projetos especiais”.

*Um dos pontos fortes do projeto, tal como apontado pela FUNAI em Marabá, foi a efetiva coibição da exploração ilegal de madeira na terra Xikrin, embora não se saiba do ‘resultado’ das inúmeras apreensões de caminhões com mogno - o que foi feito com a madeira se os fiéis depositários não eram órgãos de governo; muitas vezes, a madeira ficava no interior da área, derrubada, de onde era roubada.*

Uma outra ambigüidade em relação ao projeto diz respeito à indisponibilidade expressa pelos agentes locais do IBAMA (Marabá) em acompanhar o projeto de manejo dos Xikrin (devido à falta de quadros e de recursos),<sup>20</sup> face à disponibilidade manifestada pelo coordenador do ProManejo (fevereiro 2004) em “*buscar recursos para continuar apoiando esta experiência pioneira dos Xikrin*”. Uma definição poderia ser reafirmada na reunião conjunta que os Xikrin solicitaram, enquanto modo de *promover maior comunicação e um relativo entendimento comum entre as instituições envolvidas*, bem como a definição de papéis e atribuições dos parceiros da ABN e Kàkàrekre, funções, etc. face à **urgente necessidade de promover mudanças e ajustes no projeto.**

## 11. Questões identificadas

### *11.1- Gestão externa: relação com CVRD*

Um dos principais problemas enfrentados (apontado inclusive como condição de obtenção da certificação florestal pela SmartWood) foi a ausência de instrumentos mais eficientes para cobrar da CVRD o cumprimento dos acordos e decisões acertados em conjunto. Dependendo de recursos da CVRD para materializar diversos aspectos do Projeto, o ISA e a ABN perdiam autonomia e controle de muitas atividades.

Ao longo do ano 2000, isto se refletiu principalmente na construção da estrada e dos ramais ligando a unidade de manejo ao limite oeste da área indígena (Posto Bekware de Vigilância), e na execução de algumas operações florestais que dependiam de mão de obra contratada pela CVRD. Quase uma repetição do ocorrido no ano anterior, quando houve a decisão de não mais proceder à exploração, o atraso na construção da estrada por pouco não inviabilizou também a safra de 2000 - e o projeto como um todo, já que os Xikrin haviam decidido não mais depositar esperanças no manejo, se não houvesse colheita de madeira em 2000.

Conforme o relatório do ISA (2000)

“Apesar de todos os esforços da equipe do ISA, que monitorava passo a passo o desenrolar dos problemas com a estrada e comunicava aos responsáveis da CVRD, provocou apenas movimentos mínimos dos funcionários da CVRD que, na prática, desconsideraram grande parte dos argumentos da equipe. Em outubro de 2000, num período que coincidiu com a

<sup>20</sup> Fomos informados no IBAMA em Marabá de que na região há um único projeto de ‘manejo comunitário’ sendo acompanhado, de coleta de folhas de jaborandi, executado por uma cooperativa de pequenos produtores em Parauapebas, em convênio com a CVRD (os Xikrin poderiam visitá-lo).

visita da equipe de auditoria para a certificação da SmartWood, os Xikrin perceberam que os fatos de 1999 iriam se repetir em 2000 (pois a estrada não estava pronta e as chuvas se antecipavam) e exigiram uma reunião de urgência na aldeia do Cateté, com a presença do pessoal de campo do ISA (os dois engenheiros florestais e o antropólogo), dos representantes da CVRD e da construtora Concel. Na ocasião, os Xikrin intimaram as empresas (CVRD e Concel) a elaborar um plano de ação emergencial para retirar a madeira já cortada a qualquer custo; caso contrário, iriam bloquear a estrada, impedindo a saída de maquinário e pessoal da empreiteira Concel da TI.

“Devido a essa intervenção oportuna e estratégica dos Xikrin, a CVRD percebeu finalmente que a situação era mais problemática do que pensavam. Daí agendaram uma reunião em Carajás (10.10.2000), quando a Gerência de Obras da CVRD assumiu o compromisso de que a madeira seria retirada e transportada até a serraria em Tucumã, até o final daquele mês.”

Mesmo com esse compromisso assumido, o cronograma da estrada não foi totalmente cumprido, prejudicando o andamento da operação florestal. O resultado foi a redução da safra em aproximadamente 40%. Só foi possível colher 581 dos 1.000 m<sup>3</sup> programados. As árvores consideradas de madeira “branca”, menos resistentes e que precisam de transporte imediato para serraria após o corte, não puderam ser retiradas, uma vez que as condições da estrada tornaram-se impraticáveis a partir de novembro em decorrência das chuvas.

Estes fatos suscitaram algumas reflexões sobre os mecanismos à disposição da equipe do ISA e ABN para realizar a gestão do Projeto junto ao seu principal parceiro, até 2000, a CVRD. No âmbito do projeto de capacitação (apoiado pelo ProManejo também), de algum modo, os Xikrin em sua história recente criaram, eles mesmos, mecanismos e instrumentos para cobrar da CVRD o cumprimento dos acordos (nesse sentido, sua atuação, em determinados momentos de crise, foi mais efetiva que a da equipe do ISA).

#### *11.2 - Gestão interna: “Projeto Xikrin” e ISA*

Entre os aspectos apontados no relatório anual do ISA (2000), os principais problemas enfrentados foram: a) a falta de um coordenador em tempo integral; b) a reduzida equipe para lidar com uma série de aspectos do projeto, que se avolumavam à medida em que se consolidava. *Apenas um antropólogo e um engenheiro florestal é uma equipe insuficiente para prestar assessoria a uma série de temas e questões conceitualmente difíceis e operacionalmente complexos, como os que envolveram o projeto de manejo socioambiental na TI Xikrin.*

Em abril de 2001, ao fazer o balanço da colheita de 2000, a equipe do ISA procurou explicar em reunião com os homens no centro do pátio da aldeia (local referido como *ngàbe*) a ‘lógica’ de um empreendimento capitalista, arrolando os gastos que são inerentes à produção madeireira, tentando esclarecer aos Xikrin, didaticamente, que *o volume dos recursos que irão obter anualmente será resultante do balanço entre o total de receitas e o total de despesas.*

Os Xikrin ouviram atentamente, interrompendo vez ou outra, para esclarecer dúvidas. Sua preocupação maior era saber quanto dinheiro havia sido, efetivamente, depositado na conta da Associação Bep-Noi. A equipe do ISA procurou destacar que a safra de 2000 rendeu aos

Xikrin um total de R\$ 81.835,00, dos quais R\$ 49.500 já haviam sido transferidos, em duas remessas, aos Xikrin. E que restava na conta da Associação, portanto, R\$32 mil.

Em seguida, retomando uma proposta que havia sido levantada anteriormente junto a alguns líderes, o coordenador geral do projeto sugeriu aos Xikrin que demonstrassem seu envolvimento com a continuidade do 'projeto de manejo' (também uma das pré-condições para a certificação florestal), reservando os R\$ 32 mil para investir na colheita de 2001. O conselho dos homens iniciou, então, intensas discussões, avaliando a proposta.

O líder Karangré apresentou publicamente uma contraproposta, na qual os Xikrin deveriam destinar R\$ 20 mil para as despesas com as operações florestais do ano 2001, mas utilizariam R\$12 mil para reativar a fazenda Tepkré. As lideranças da aldeia do Cateté expressaram descontentamento e decidiram interromper a reunião para deliberar e chegar a um consenso. A decisão dos Xikrin foi de que estavam *cientes* da necessidade de investir o dinheiro em 'projetos de desenvolvimento', ao invés de utilizá-lo para o consumo de bens não duráveis. Decidiram, portanto, lançar mão do dinheiro para concretizar o antigo projeto de reativar a fazenda de gado Tepkré. No entanto, acharam por bem que cada aldeia desenvolvesse separadamente "o seu próprio projeto", necessitando, assim, dividir os R\$ 32 mil igualmente entre Cateté e Djudjê-kô, para que cada comunidade implementasse "sua própria fazenda". Para isso, cobraram auxílio técnico da FUNAI e apoio do ISA, tendo manifestado a intenção de se capacitarem para gerenciar sozinhos, num futuro próximo, as duas fazendas.

A equipe do ISA manifestou sua preocupação em relação ao "projeto da fazenda", ciente das dificuldades e complexidades para implementá-lo, mas entendeu a decisão dos Xikrin e se dispôs a colaborar informalmente para seu sucesso. O administrador regional da FUNAI garantiu aos Xikrin que "não mediria esforços para que o projeto da fazenda" fosse bem sucedido, desde que os Xikrin se comprometessem a assumir, após um período de treinamento, as atividades e a gestão relacionadas ao empreendimento.

Como chamou a atenção o antropólogo que assessorava o projeto,

*"nunca é demais lembrar que os Xikrin vêem qualquer 'Projeto' como uma atividade-meio e não uma atividade-fim. Atividades-fim, para eles, são aquelas que dizem respeito diretamente a sua reprodução social e ao seu sistema de valores, isto é, fazer festas, utilizar seus adornos cerimoniais (incluindo as miçangas), alimentar os parentes, transmitir aos sobrinhos e netos seus nomes pessoais e prerrogativas, presentear namoradas, compadres (ou "amigos formais", i.e. *krobđjwy*), fazer política, etc. São essas coisas que eles priorizam (felizmente, pois é isso que eles definem como sendo próprio da sua "cultura": *mebengokre kukradjà*) e, em última instância, a maior parte de sua energia está direcionada para atingi-las".*

O projeto de manejo, os recursos do Convênio com a Cia. Vale do Rio Doce, os outros projetos de desenvolvimento que porventura vierem a empreender ('fazenda', roça de arroz, piscicultura, etc.), servem todos para este fim: reproduzir o seu modo de vida.

De acordo com o relatório final de 2000,

*"em relação ao Projeto de Manejo, a estratégia do ISA e o discurso empregado para fazer os Xikrin "abraçarem a idéia" do manejo, sempre foi a de mostrar a eles que o Projeto, além de*

todas as implicações ambientais, tinha por objetivo gerar uma renda que lhes garantisse alguma autonomia **para fazer as coisas que lhes interessavam**. Ou seja, um dinheiro que não vinha da CVRD, nem da FUNAI, nem de madeireiros, portanto, sem as complexas (e nem sempre equilibradas) relações implicadas nisso. Ora, os Xikrin passaram oito anos alimentando esta expectativa. Durante este período nunca houve uma discussão quanto ao modo como empregar os recursos do manejo justamente no próprio manejo. É quando finalmente o dinheiro aparece (nos termos deles, "o projeto **finalmente** funcionou"), seria justo que utilizassem os recursos em algo que desejassem - e não em algo que algum *kuben* estivesse sugerindo que fizessem".

(...)

"Os Xikrin demonstraram, afinal, uma relação "madura" (pelo menos do nosso ponto de vista capitalista) com o dinheiro. Como ficou claro na fala dos homens maduros durante a reunião, os Xikrin perceberam a importância de reinvestir o dinheiro num 'projeto de desenvolvimento que venha a dar frutos no futuro', ao invés de consumir tudo em bens não duráveis (o que seria mais do que legítimo, até esperado).

"Vale lembrar que esse desejo de reativar a fazenda é antigo, do qual os Xikrin vêm dando sinais. No material audiovisual colhido para o vídeo oficial do projeto, em outubro de 2000, surge claramente expresso: a um certo momento, o cinegrafista pergunta a uma liderança (Bepdjare): "o que vocês vão fazer com o dinheiro do projeto?". E ele: "por mim, e por muita gente da comunidade, a gente pega esse dinheiro e faz a fazenda lá no Tepkre". Igualmente, em Belém, onde foram entregar o Plano de Manejo à superintendente do IBAMA e participar de discussões com a EMBRAPA, a idéia da fazenda apareceu. Dando entrevista para o jornal 'O Liberal', o líder Bepkaroti repetiu a história: "vamos pegar o dinheiro e investir em gado". Além disso, em reunião de programação com a CVRD, no ano passado, os índios já haviam reivindicado recursos para reativar a fazenda".

A idéia de destinar parte dos lucros obtidos em 2000 na própria colheita de 2001, portanto, não foi muito trabalhada junto aos índios pela equipe do ISA, embora tenha sido uma boa idéia do coordenador geral. Para obter outro resultado, a equipe do ISA deveria ter empreendido mais esforços no sentido de mostrar aos Xikrin que a idéia da "fazenda" talvez não fosse a melhor e que *talvez fosse mais acertado manter o foco no manejo, envolvendo produtos florestais não-madeireiros*.

### 11.3 - Relações Xikrin, ISA e FUNAI

Embora o termo de Cooperação Técnica (out.1995) e a portaria conjunta (1996) firmados entre o IBAMA e a FUNAI tivessem formalizado a criação de uma **Comissão Especial de Avaliação e Auditoria**, composta por representantes do Instituto do Homem e do Meio Ambiente na Amazônia (IMAZON) e da Associação Brasileira de Antropologia (ABA), além do IBAMA e FUNAI (dois representantes cada), que deveria se reunir sistematicamente, há apenas o registro de uma única reunião (04.07.97), ocorrida no IBAMA, em Brasília, com a participação do engenheiro florestal (ISA), então coordenador técnico do projeto - e, portanto, sem os representantes do IMAZON, da ABA e dos Xikrin.

Na reunião realizada em abril de 2001, discutiu-se a respeito do relacionamento entre os Xikrin, o ISA e a FUNAI no tocante ao Projeto de Manejo Florestal. Conforme mencionado no relatório final do ISA (2001),

"para entender esse ponto é preciso um breve histórico. No dia 12 de abril de 2001, algumas lideranças Xikrin solicitaram ao administrador regional em Marabá providências no sentido de que o Plano de Manejo Florestal fosse

“devidamente acompanhado pela FUNAI, em todas as fases do seu desenvolvimento, por entendermos que a prerrogativa de acompanhar e fiscalizar as ações desenvolvidas nas terras indígenas cabe exclusivamente ao órgão federal de assistência ao índio” (cf. documento da Assoc. Bep-Noi encaminhado ao Administrador Regional).

“O administrador em Marabá, tomando ciência, solicitou à Diretoria de Assistência da FUNAI uma audiência com o presidente do órgão durante a semana do dia 23 a 27/04, na qual estariam presentes uma comissão dos Xikrin, além do administrador, para discutir, entre outros assuntos, o acompanhamento do Projeto de Manejo, pela FUNAI.”

A equipe do ISA, no entanto, só foi tomar conhecimento destes fatos no dia 18 de abril, quando procurou verificar com os Xikrin quais os motivos da solicitação, já que o ISA vinha mantendo a política de incentivo à participação e envolvimento em todas as atividades e etapas do Projeto de Manejo. Foi constatado que a estratégia de manter alguns Xikrin fiscalizando as atividades realizadas em campo, na UMF, não foi eficaz, já que *a interlocução entre estes e o restante da comunidade não ocorreu com a sistematicidade e a clareza que a equipe do ISA imaginava*. Os ‘fiscais indígenas’, na maioria das vezes, não detinham os conhecimentos suficientes para acompanhar as medições da madeira, fichas de controle e preenchimento das autorizações de transporte. Além disso – e talvez o ponto mais significativo - *não possuíam representatividade política para transmitir publicamente as informações ao resto da comunidade, nem para reunir o conselho no ngãbe.*

Desta maneira, a despeito dos esforços da equipe do ISA em realizar as atividades de exploração de modo mais transparente possível, *os Xikrin ainda sentiram necessidade de um acompanhamento formal por parte da FUNAI*. Por outro lado, o coordenador geral do projeto cobrou dos Xikrin mais *equilíbrio* nas relações com o ISA. Procurou esclarecer que uma parceria implicava em confiança, e que se o ISA mantinha uma política de envolver os Xikrin em todos os aspectos que se referiam ao Projeto, era preciso que os Xikrin se posicionassem da mesma forma, não alijando o ISA de quaisquer negociações políticas sobre ele.

O administrador regional da FUNAI mostrou-se, na ocasião, favorável à idéia de um representante do ISA estar presente na audiência com o presidente da FUNAI, junto com os Xikrin, além de frisar sua intenção de trabalhar sempre no sentido do aprimoramento e sucesso do projeto de manejo.

*Os Xikrin, o dinheiro e a mercadoria*

Cesar Gordon, assessor antropológico do projeto, em carta dirigida à CVRD em outubro de 2001, afirmava:

“É preciso entender que as sociedades indígenas não são “vazios organizacionais” sobre os quais podemos aplicar modelos para fazê-los se comportar da maneira que melhor nos convém. Por mais difícil que seja encarar isso por conta dos nossos preconceitos e visão evolucionista, é preciso entender que os índios são “povos” no sentido pleno do termo e, como tais, têm seu próprio funcionamento interno, sua dinâmica social, sua política, seus próprios interesses e estratégias de relação com os “de fora” (nós os brancos, CVRD, ISA, FUNAI, madeireiros, etc.).

“Do ponto de vista antropológico é um problema recorrente, estrutural com os grupos Kayapó em geral: a diferença de acesso a recursos financeiros dentro da comunidade, entre os “chefes” e os “comuns” (não chefes). Em outras palavras, o funcionamento e a organização tradicional das sociedades Kayapó, em contato recente com o “mercado” mais

amplo, acaba por estabelecer uma certa desigualdade interna. Essa situação foi detectada, por exemplo, pelo antropólogo William Fisher que fez pesquisas prolongadas entre os Xikrin do Bacajá (publicou um livro sobre o assunto, intitulado *Rainforest exchanges: industry and community on an Amazonian frontier*, Washington, Smithsonian Institution Press). E isso ocorre também entre outros grupos Kayapó”.

No caso dos Xikrin do Cateté esse quadro se sobressai particularmente, uma vez que manipulam um volume de recursos constante e crescente, oriundo do Convênio com a CVRD, como por exemplo, a “verba mensal”, institucionalizada nos últimos anos, quando obteve um considerável aumento. Em 1998, esta verba somava R\$ 9 mil; em 99, R\$ 18 mil; em 2001 já eram R\$ 50 mil e, em fevereiro de 2004, R\$ 100 mil para ABN e outros R\$ 50 mil para a Associação Kàkàrekre, *mensais*.

#### De acordo com o antropólogo (idem)

“Os argumentos dos Xikrin para reivindicar esses aumentos são de que “a comunidade está crescendo”, e que “o dinheiro não é suficiente para atender a todos”, mas as justificativas não respondem pelo problema todo. Aumentando o volume de recursos para eles mesmos gerenciarem [através das respectivas associações], as lideranças começam a encontrar um modo de se apropriar de boa parte. E é isso que vem acontecendo há muito tempo, variando para mais ou para menos de ano para ano. É evidente que o padrão de consumo da aldeia em geral aumentou: dezenas de casas têm televisão, geladeira, etc., e isso causa outros gastos indiretos. Mas, paralelamente, os chefes estão gastando muito mais. Primeiro porque a própria divisão da verba mensal, instituindo salários muito altos para os chefes e familiares, já faz com que pelo menos uns 30% da verba seja apropriada por poucas famílias, como já sabemos. Segundo porque os chefes estão passando muito tempo na cidade – alugaram casas, com empregada doméstica, caseiro – elevando ainda mais os gastos.

“Chegaríamos a algo como 50% da verba mensal circulando por entre cerca de 30 pessoas, mais ou menos (...). O efeito disto é que a comunidade manifesta descontentamento e pressiona os chefes - ‘pressiona’ não é bem o termo, pois eles não fazem isso diretamente, uma vez que há constrangimento e limites de distância social que impedem que os homens ‘comuns’ coloquem os chefes diretamente contra a parede (para fazerem isso têm que usar da intermediação dos *kuben*).

“Além disso, há um paradoxo na forma como a sociedade Xikrin organizou sua economia política: ao mesmo tempo em que a comunidade se ressentida da acumulação dos chefes - pois há um ideal de igualdade - ela precisa desses chefes acumuladores, pois são eles quem têm habilidades pessoais necessárias para fazer as articulações com o exterior e, assim, obter um fluxo incessante de bens para dentro da comunidade. Mais uma vez, essa forma de apropriação de riqueza pelas lideranças é complexa e tem relações com a dinâmica social Kayapó (muitos outros povos indígenas não ‘funcionam’ assim). Processo semelhante acontece em todas as comunidades Kayapó.

“Mas o fato é que o descontentamento, por meios informais (fofoca, reclamação nas casas, conversas no *ngàbe*), fica absolutamente explícito. Os chefes são pressionados pela comunidade e têm que compensar sua acumulação pessoal com a garantia de que o fluxo de mercadorias para a comunidade seja incessante. O que fazem os chefes então? No caso Xikrin do Cateté, hoje, jogam a pressão para cima daqueles que são fonte de recursos: CVRD e Projeto de Manejo (no caso de outros Kayapó, fazem contratos com madeireiros, garimpeiros, e variados projetos com ONGs e agentes diversos).

“É um contexto delicado. Certamente, nem CVRD nem ISA podem ficar paralisados frente a essa estratégia, uma vez que têm outros objetivos e outra forma de enfocar a questão. Por

outro lado, não ceder ao modo de operação dos Xikrin não significa não reconhecer a existência desse modelo Xikrin em funcionamento, ou mesmo querer passar por cima dele para adequá-lo ao nosso modelo. Pelo contrário. O desafio consiste em construir junto com os Xikrin esse consenso político interinstitucional, mas sobretudo intercultural.

*f Ainda em relação à* “Mas há uma contradição na economia política dos Xikrin (e Kayapó em geral): Os “não chefes” reclamam da acumulação dos chefes, mas continuam reconhecendo sua legitimidade enquanto chefes, na medida em que eles funcionam como aqueles que são capazes de garantir um fluxo constante de mercadorias, bens e serviços para dentro das aldeias. Portanto, a relação que eles estabelecem com a CVRD deveria ser vista dentro desse quadro. Eles usam os mesmos expedientes que sempre usaram para obter suas conquistas: mobilização coletiva, forte pressão, ameaças aos funcionários da CVRD, etc. E você se sente desconsiderado. Afinal, a CVRD está fazendo sua parte (são muitos gastos, por exemplo, dois caminhões, estrada, empréstimo para o Manejo, aumento da Verba Mensal, liquidação das dívidas todas da Bep-Noi do ano passado). E mesmo assim os Xikrin parecem eternamente “insatisfeitos”. Na minha opinião, isso é reflexo dessa “contradição” na relação da comunidade com os chefes.”<sup>11</sup>

O ISA não esteve alienado em relação a essas questões. As propostas para lidar com esta situação eram tentar tornar esse processo de incorporação de bens, dinheiro e mercadorias o mais transparente possível para toda a comunidade e não apenas para as lideranças. De acordo com o antropólogo,

“fazer uma espécie de “glasnost” dos recursos disponíveis aos Xikrin, uma vez que boa parte da comunidade não tem como acompanhar esse processo. Mas abrir todas as contas para a comunidade, explicitar todos os gastos publicamente no ngãbe é um processo político que tem que ser efetuado com cautela. Pode causar conflitos de interesse sérios. É preciso estudar uma forma de fazer isso em conjunto com as lideranças, tentando um ‘consenso’. Talvez com isso seja possível desarticular publicamente a estratégia política de jogar a culpa do descontentamento pela “falta” de recursos em cima da CVRD e do Projeto de Manejo. Tentar mostrar aos Xikrin que se não é tudo que esperam, também não é pouco o dinheiro a que estão tendo acesso e controle. Mostrar que se há descontentamento, eles também têm responsabilidade; que é preciso aprender a gastar “comunitariamente” ou pelo menos, de forma menos desigual, que não podem ficar esperando que os recursos da CVRD e do Manejo venham a aumentar indefinidamente; que vai ser preciso transformar de alguma forma sua economia política, caso contrário, as chances de faccionalismo e insucessos aumentarão. E quando acontece isso – a história recente dos Xikrin vem mostrando – os resultados são sempre mais negativos do que positivos: desarticulação, autonomização, enfraquecimento político, etc.”

“Deste modo, acaba sendo injusta a afirmação [da CVRD] de que “o ISA não vinha acompanhando os Xikrin”. O problema é que muitas vezes a CVRD parece querer soluções mágicas para questões complexas. Nós estamos trabalhando. E acho que devemos procurar saídas, porque é importante para os Xikrin tentar resolver esse nó górdio da sua economia política pós-contato. Mas é preciso compreender que quanto às relações ‘difíceis’ dos Xikrin com a CVRD, não se trata de “capricho” dos líderes e de ‘falta de um trabalho de base do ISA’. **O que acontece decorre de uma estrutura social, de concepções culturais, de uma história de contato e de uma determinada forma propriamente Kaiapó de apropriação desses valores externos que são o dinheiro e as mercadorias.** Por outro lado, nós do ISA não assumimos uma postura missionária, não queremos catequisar os Xikrin, ‘amansando-os’ ou ‘domesticando-os’ para adequá-los a um modelo da CVRD, nosso (ISA) ou de quem quer que seja. Nosso trabalho precisa ser feito com reflexão. Não

**podemos cair no erro de passar por cima da lógica, da cultura e da estrutura social Xikrin como um empecilho a ser superado.** Acreditamos que isto seja possível”.

Não estou com isso fazendo menção a uma “cultura” estática, que poderíamos definir como “tradicional”. Estou considerando o caráter essencialmente dinâmico da cultura Xikrin, que sempre incorporou elementos “de fora” para se constituir e se reproduzir. Nos mitos, esses elementos “de fora” têm origem na natureza ou na sobrenatureza (como o fogo, que foi obtido do Jaguar, os nomes Bep, que foram ensinados pelos peixes ao xamã, adornos plumários que foram conseguidos com as aves, etc.). Na história, eles foram obtidos das relações que os Xikrin estabeleceram (guerreiras ou pacíficas) com outros grupos indígenas. É o caso de alguns artefatos e cerimônias, etc. Dos brancos (*kuben*), os Xikrin incorporaram um outro tipo de elemento, que não poderia deixar de ser aquilo que é mais conspícuo no nosso mundo: os objetos, a mercadoria, o dinheiro. Certamente, eles querem dinheiro e mercadorias, e querem muito. Mas o dinheiro e os bens industrializados fazem parte, agora, da cultura Xikrin e do seu modo de reprodução social. Mas, apesar das aparências, *não da mesma forma que fazem parte da nossa*. É fundamental entender isso.

“Eles não são uma sociedade capitalista (com todas as implicações morais, filosóficas, políticas e econômicas que isso acarreta). Se formos levar a análise a um nível mais profundo, creio que seria possível dizer que a sociedade Xikrin - e Kaiapó, em última instância - *não produz e nunca produziu riqueza (ou valor), mas sempre buscou-a “fora”, para incorporá-la e recriá-la de uma outra maneira, fazendo com que essa riqueza-valor entre numa espécie de “máquina” de processamento social e seja alocada aos membros da sociedade num certo esquema que permite sua transmissão e reprodução*”.

#### 11.4 – Relações com ProManejo

Analisados em seu conjunto, os formulários de acompanhamento do projeto Xikrin pelo ProManejo são esclarecedores em relação a este período final, marcado por novas crises, que culminaram com a interrupção das atividades, tendo sido feita a colheita de 2002. Muitas informações constam de maneira sinóptica, contendo referências a Relatórios de Atividades (aos quais não tivemos ainda acesso nesta etapa da avaliação):

- o contrato firmado com a EMBRAPA (segundo semestre de 2000) para os estudos sobre a regeneração do mogno: no primeiro semestre de 2001 os trabalhos tinham sido iniciados com a implantação na *unidade a ser explorada em 2002*. Havia um plano de execução onde, além do mogno, outras espécies de potencial madeireiro seriam estudadas. Havia uma equipe de campo de 20 pessoas realizando o inventário 100% da terceira unidade e a Embrapa vinha auxiliando nas decisões relativas à condução do Plano de Manejo. Segundo o relatório resumido de abril de 2002: “Ficou acordado que entre a Embrapa e o projeto [ISA] que o estudo seria realizado na mesma área destinada à exploração em 2002 (1.249,70 ha), no entanto, *após o inventário 100% constatou-se uma baixa ocorrência de mogno, inviabilizando dessa maneira o estudo na área*. Após a constatação de dificuldades financeiras pela Embrapa que impossibilitaram a seleção de uma nova área e a continuidade das atividades de pesquisa, acordou-se então o estabelecimento de um novo projeto de pesquisa para dar continuidade aos estudos durante os próximos 3 anos”.

A coordenação do projeto [ISA] optou também em buscar outras instituições para apoiar na continuidade dos estudos. Foi estabelecido então contato com o IMAZON (estão avaliando a viabilidade de parceria). Em julho de 2002, o estudo estava parado e o projeto inicial sofrera alterações (devido à baixa presença de mogno na área destinada), tendo sido substituído por um novo estudo: “Banco de sementes, composição florística e estrutura de uma área de floresta natural nas terras xikrin do cateté, na Amazônia brasileira”. No

entanto, para viabilizar o estudo seria necessário buscar uma nova fonte de recursos. Em maio o ISA foi informado pela Embrapa da impossibilidade de cumprir a proposta de estudo a ser apresentado ao ProManejo. Como alternativa para viabilizar o estudo original (regeneração do mogno), foi contatado o IMAZON, com quem estavam em negociação. Em outubro de 2002 o estudo estava paralisado, pois o processo com o IMAZON não avançara. Ao final do projeto, não se teve mais notícias acerca destes estudos.

- Houve duas visitas a campo de equipes do ProManejo ao projeto - a primeira entre 15 e 16.10.2001 e a segunda nos dias 17 e 18.09.2002. Não houve registro de visita ou Relatório ao final do projeto; o último formulário de acompanhamento (6.º semestre, março 2003) contém poucas informações.
- Quanto às técnicas de “bom manejo” através da terceirização em todas as etapas do processo, há informações sobre os Planos Operacionais Anuais (enviados ao IBAMA/PA), o planejamento e supervisão das colheitas florestais de 2000, 2001 – mas apenas menção a um relatório da exploração de 2002; sobre as empresas contratadas (com recursos CVRD), os vários atrasos e adequações no cronograma das atividades do projeto, tendo o manejo de produtos florestais não-madeireiros sido apenas mencionado como uma “atividade não prevista e incluída na reestruturação do marco lógico do projeto” (?)
- Um ponto negativo, segundo o ProManejo (em julho de 2002):  
“verificou-se que diante da constatação dos vários problemas (“baixo” envolvimento dos Xikrin no projeto, inventário mal feito, etc.) podem criar problemas para o processo de certificação - é mencionada a avaliação do “contrato de certificação” com o IMAFLORA(?)
- Com o objetivo de aumentar a credibilidade das lideranças Xikrin no projeto de MF, eram previstos treinamentos em técnicas de manejo de baixo impacto, treinamentos de gerenciadores, participação (das lideranças) em seminários, eventos e cursos ligados ao tema MAS foram consideradas limitações de entendimento e de envolvimento no projeto, devido a expectativas diferenciadas dos Xikrin (percebidas como questões de natureza sócio-cultural).
- Implementação de um programa de capacitação de jovens Xikrin para assumir as funções administrativas na ABN, atualmente desempenhadas por não-índios contratados - incluía cursos de informática e gerenciamento administrativo e financeiro. Há menção de 04 pessoas sendo treinadas (ao que acrescentaríamos se talvez os Xikrin não desejam que estas tarefas sejam permanentemente realizadas pelos *kuben*).
- Destaque para dois outros pontos positivos em julho de 2002 (ao lado da capacitação para a ABN e para o projeto de manejo):
  - “o projeto é visto pelos Xikrin como relação de poder, pois permite diferenciá-los dos outros povos” e
  - “o retorno da antropóloga Isabelle Giannini que é uma pessoa que vem desenvolvendo um longo trabalho junto aos índios, após dois anos e meio de afastamento, pode fortalecer a relação de confiança entre os parceiros do projeto”.
- Ênfase na importância da assistência técnica especializada a diferentes atividades do projeto (qualificação e disponibilidade à ‘aprendizagem’ por parte dos profissionais), para a promoção de reuniões com a finalidade de discutir com profundidade as

questões pertinentes ao entendimento da complexidade de que se reveste a história recente da sociedade Xikrin. Deste modo é possível encaminhar as “reivindicações da comunidade” ao lado da permanente necessidade - ligada à dinâmica da própria história e cultura Xikrin - de promover ajustes e mudanças na condução do ‘manejo’, ou de quaisquer “projetos” de natureza econômica e simbólica entre esta sociedade.

## Referências bibliográficas

- Giannini, Isabelle Vidal. "Xikrin rompem com modelo predatório e defendem manejo sustentável". In *Povos Indígenas no Brasil 1991-1995*. São Paulo: ISA, 1996, p.389-397.
- \_\_\_\_\_ "Para entender o polêmico projeto de exploração madeireira na TI Xikrin do Cateté". In *Povos Indígenas no Brasil 1996-2000*. São Paulo: ISA, 2001, p. 495-500.
- Gordon, Cesar. *Folhas pálidas. A incorporação Xikrin (Mebêngôkre) do dinheiro e das mercadorias*. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social. Museu Nacional, UFRJ. Rio de Janeiro, 2003.
- Pankararu, Paulo. "Do Manejo Florestal em Terras Indígenas". In *Povos Indígenas no Brasil 1996-2000*. São Paulo: ISA, 2001, p. 190-192.
- Vidal, Lux. *Morte e Vida de uma Sociedade Indígena*. São Paulo: Hucitec, 1977.
- Vidal, Lux e Giannini, Isabelle. "Xikrin do Cateté exploram madeira. E são explorados por madeireira". In *Povos Indígenas no Brasil 1987-1990*. São Paulo: ISA, 1991, p. 315-318.
- Witoshynsky, Mary. "The Xikrin Reclaim their Forest and Culture". In *Sustainable Solutions – Building Assets for Empowerment and Sustainable Development*. Ford Foundation, August 2002, p. 28-34.